



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO - SMAN/CAV/DIREX/PF

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08200.004148/2023-73

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa certificada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), conforme previsto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) 145, para a prestação de serviços de suporte de manutenção integrado, que contempla manutenções, apoio técnico operacional, controle técnico de manutenção, apoio de solo, reparo de componentes, fornecimento de materiais e ressarcimento de mecânicos em viagem, tendo por objetivo manter as aeronaves ERJ 170-200 STD (EMBRAER 175), prefixos PS-DPF e PS-CAV pertencentes a frota da Coordenação do Comando de Aviação da Diretoria Executiva da Polícia Federal (CAOP/CGAP/DIREX/PF), em plenas condições de aeronavegabilidade, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, e exigências estabelecidas neste instrumento, seus anexos, por meio da realização de atividades divididas em itens e seus respectivos subitens, quando houver:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR SIMBÓLICO UNITÁRIO (R\$)	PERCENTUAL CORRESPONDENTE	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA (R\$)
1	1	MANUTENÇÕES PROGRAMADAS	HOMEM/HORA	4.335	427,00	-	1.851.045,00
	2	CONSUMÍVEIS E DESCARTÁVEIS MANUTENÇÕES PROGRAMADAS	EVENTO	1.000.000	1,247717	-	1.247.717,00
	3	MANUTENÇÕES NÃO PROGRAMADAS	HOMEM/HORA	2.260	427,00	-	965.020,00
	4	ADMINISTRAÇÃO, REPARO E SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES	HORA DE VOO	800	2.229,43	-	1.783.544,00
	5	ADMINISTRAÇÃO, REPARO E SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES (DESPESA DE ASSOCIAÇÃO)	MÊS	12	118.047,47	-	1.416.569,64
	6	APOIO TÉCNICO OPERACIONAL	MÊS	12	75.121,00	-	901.452,00
	7	CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO	MÊS	12	34.753,09	-	417.037,08
	8	SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO (PRESTADOS DIRETAMENTE PELA CONTRATADA), SUBCONTRATADOS E LOCAÇÃO DE COMPONENTES (NÃO SERÁ OBJETO DE LANCE)	EVENTO	3.226.600	1,00	-	3.226.600,00
	9	TAXA ADMINISTRATIVA PARA SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS E LOCAÇÃO DE COMPONENTES NACIONAIS (REFERENTE AO ITEM 8)	EVENTO	600.000	1,00	30%	600.000,00*
	10	TAXA ADMINISTRATIVA PARA SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS E LOCAÇÃO DE COMPONENTES NO EXTERIOR (REFERENTE AO ITEM 8)	EVENTO	1.226.600	1,00	61,33%	1.226.600,00*
	11	FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS	EVENTO	5.746.800	1,00	-	5.746.800,00
	12	TAXA ADMINISTRATIVA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS NACIONAIS (REFERENTE AO ITEM 11)	EVENTO	1.300.000	1,00	32,50%	1.300.000,00*
	13	TAXA ADMINISTRATIVA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS IMPORTADOS (REFERENTE AO ITEM 11)	EVENTO	1.746.800	1,00	43,67%	1.746.800,00*
	14	APOIO OPERACIONAL DE SOLO "HANDLING" (NÃO SERÁ OBJETO DE LANCE)	EVENTO	400.000	1,00	-	400.000,00
	15	TAXA ADMINISTRATIVA PARA APOIO OPERACIONAL DE SOLO "HANDLING"(REFERENTE AO ITEM 14)	EVENTO	128.000	1,00	32%	128.000,00
	16	RESSARCIMENTO COM DESPESAS DE MECÂNICO EM VIAGEM (NÃO SERÁ OBJETO DE LANCE)	EVENTO	90.000	1,00	-	90.000,00
TOTAL							23.047.184,72

*Os valores dos Itens 9, 10 e 12, 13, por já comporem os itens 8 e 11, não serão somados ao valor total da contratação, contudo serão objetos de disputas e farão parte do somatório para efeito do sistema de compra ([Comprasnet](#)) de forma a propiciar os lances, sendo reduzidos no final pelo pregoeiro com auxílio da área técnica.

Tabela 01 – Especificação do objeto

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, de natureza continuada, para serviços de suporte de manutenção integrado, que contempla manutenções e reparos de componentes, apoio técnico operacional, controle técnico de manutenção, apoio de solo, suporte de engenharia, fornecimento de materiais e ressarcimento de mecânicos em viagem.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 5 anos contados da publicação no Diário Oficial da União (DOU), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que existe a necessidade de manutenções preventivas e corretivas conforme manuais de manutenção das aeronaves e Regulamento Brasileiro de aviação civil, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. Informações relevantes da tabela 01 - Especificações do objeto:

1.5.1. Serão objeto de lance os Itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13 e 15

1.5.2. Os Itens 8, 14 e 16 não serão objetos de lance diretos, devendo permanecer os valores de R\$ 3.226.600,00, R\$ 400.000,00 e R\$ 90.000,00 respectivamente;

1.5.3. Em relação ao 8 (2.000.000 + 61,33%) e 11 (4.000.000 + 43,67%), foram somadas as maiores taxas administrativas obtidas na construção do mapa comparativo para cálculo do valor máximo aceitável. Após a fase de lance nos Itens (9, 10) e (12, 13) o pregoeiro, com o auxílio da área demandante, providenciará o ajuste dos Itens 8 e 11 somando ao valor fixo, os lances das maiores taxas administrativas, para cálculo do valor total contratual.

1.5.4. Exclusivamente para efeito de cálculo da proposta vencedora serão somados aos valores fixos, do item 8, as taxas propostas nos itens 9 e 10 e para o

item 11 as taxas propostas nos itens 12 e 13.

1.5.5. Os Itens 9, 10, 12 e 13 serão usados apenas para efeito de cadastro, lance e classificação da proposta no site de compras, no final da sessão será lançado valor insignificante pelo pregoeiro, com o auxílio da área demandante. Os licitantes deverão transformar a porcentagem em moeda adotando a seguinte fórmula, exemplo:

a) se o Item 9 corresponde ao valor de R\$ 500.000,00 (taxa de 25% de R\$ 2.000.000,00) caso o licitante ofere o valor de R\$ 400.000,00 significa que a taxa administrativa para o item 9 será de 20%, aplicando-se o mesmo raciocínio para os itens 10, 12, 13 e 15.

1.5.6. Item 11 é o valor reservado pela Administração para gastos com o fornecimento de materiais aeronáuticos, caso a licitante ofere valor menor que R\$ 4.000.000,00 (valor reservado para a despesa de Fornecimento de Materiais Aeronáuticos), pressupõe-se que a licitante está abrindo mão de quaisquer Taxas administrativas (itens 12 e 13 serão 0%) para a plenitude do fornecimento dos materiais aeronáuticos e ofertando desconto no valor do preço (price list), proporcional à diferença do lance em relação ao valor fixado pela administração. Por exemplo: caso a licitante ofere o lance de R\$ 3.600.000,00 para o subitem 11, subentende-se que abriu mão da taxa administrativa e sobre o valor do price list será dado desconto no valor de 10% em relação a quaisquer materiais adquiridos, inclusive de terceiros.

1.5.7. Na apresentação do orçamento para o pregão a licitante deverá informar o valor total anual para os itens de 1 a 16, conforme cláusulas acima, mantendo inalterado o valor dos Itens 8 (SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO-PRESTADOS DIRETAMENTE PELA CONTRATADA-, SUBCONTRATADOS E LOCAÇÃO DE COMPONENTES); 14 (APOIO OPERACIONAL DE SOLO "HANDLING"); e 16 (RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM MECÂNICO EM VIAGEM);

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2024], conforme PGC 63/2023, detalhado a seguir:

1. ID PCA no PNCP: [00394494000136-0-000006/2024]

2. Data de publicação no PNCP: [20/05/2023]

3. Id do item no PCA: [74]

4. Classe/Grupo: [872 - serviço de reparo outros bens]

5. Identificador da Futura Contratação: [200334-90017/2023]

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.2. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

a) Lei n.º 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;

b) Decreto 9.177, de 2017 (Regulamenta o art. 33 da Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e complementa os art. 16 e art. 17 do Decreto n.º 7.404, de 23 de dezembro de 2010 e dá outras providências.);

c) Decreto n.º 7.404/2010 (Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010);

d) Resolução CONAMA n.º 362, de 23/06/2005 (Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.); e

e) Resolução n.º 804, de 2019 da ANP, (Estabelece critérios para obtenção do registro de graxas e óleos lubrificantes a serem comercializados no território nacional.).

f) Resolução CONAMA n.º 401, de 04/11/2008 (Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.);

g) Instrução Normativa IBAMA n.º 08, de 03/09/2012 (Institui, para fabricantes nacionais e importadores, os procedimentos relativos ao controle do recebimento e da destinação final de pilhas e baterias ou produto que as incorporem.);

h) Resolução CONAMA n.º 416, de 30/09/2009 (Dispõe sobre prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada);

i) Instrução Normativa IBAMA n.º 01, de 18/03/2010 (Institui, no âmbito do IBAMA, os procedimentos necessários ao cumprimento da Resolução CONAMA n.º 416 de 2009, pelos fabricantes e importadores de pneus novos, sobre coleta e destinação final de pneus inservíveis);

j) Portaria n.º 544, de 25/10/2012, do INMETRO (Dispõe sobre a certificação compulsória para pneus novos).

4.1.1. Aquisição ou serviço que envolva a utilização de óleo lubrificante.

4.1.1.1. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei n.º 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA n.º 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

a) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA n.º 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

b) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA n.º 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

c) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA n.º 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

4.1.2. Aquisição ou serviço que envolva a utilização de Pilhas ou Baterias

4.1.2.1. As pilhas e baterias comercializadas no território nacional devem respeitar limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO ou demais laboratórios admitidos pela Instrução Normativa IBAMA n.º 08, de 03/09/2012.

4.1.2.2. Não são permitidas formas inadequadas de destinação final de pilhas e baterias usadas, tais como:

a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

- b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;
- c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

4.1.2.3. “Não são permitidas, à Contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

- a) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;
- b) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.;
- c) A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.”

4.1.3. Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de pneus.

4.1.3.1. A Contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.

4.1.4. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pela Polícia Federal ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

4.2. Subcontratação

4.3. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.3.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto, a qual consiste em:

- a) MANUTENÇÕES PROGRAMADAS;
- b) CONSUMÍVEIS E DESCARTÁVEIS MANUTENÇÕES PROGRAMADAS;
- c) MANUTENÇÕES NÃO PROGRAMADAS;
- d) APOIO TÉCNICO OPERACIONAL;
- e) CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO;
- f) SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO que a CONTRATADA tenha capacidade para executar conforme homologação da ANAC;
- g) RESSARCIMENTO COM DESPESAS DE MECÂNICO EM VIAGEM.

4.3.2. A Subcontratação fica limitada aos ITENS 4, 5, 8, 11 e 14, conforme abaixo:

4.3.2.1. Será permitido REPARO e contratação de POOL externo desde que a Contratada execute no mínimo a administração do quantitativo de componentes exigidos e disponibilização e retorno dos "cores".

4.3.2.2. Será permitida subcontratação de terceiros para prestação de serviços especializados que a Contratada não possa executar, por lhe faltar específica homologação da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), tais como revisão geral de motor, e componentes, até o limite de disponibilidade financeira.

4.3.2.3. A Contratada poderá, desde que solicitado pela Contratante, efetuar a locação de componentes durante a manutenção de um componente original das Aeronaves, tais como, mas não se limitando a: Trens de pouso, Motores e quaisquer componentes não cobertos pelo POOL de peças (estoque de peças de reposição da Contratada);

4.3.2.4. Apoio Operacional de Solo "HANDLING", desde que a Contratada não possua corpo técnico para executar os serviços pretendidos que serão definidos nesse Termo de Referência (TR).

4.3.3. Em qualquer caso de Subcontratação:

4.3.3.1. A Contratada seguirá os tramites previstos desse TR e acrescentará as Taxas Administrativas respectivas para cada serviço conforme esse TR.

4.3.3.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.3.3.3. Os serviços subcontratados deverão ser prestados por empresa homologada pela autoridade aeronáutica para os serviços, de forma a garantir sua qualidade.

4.3.3.4. Antes de autorizar a subcontratação, a Contratante realizará, em sendo possível, pesquisa de mercado com fornecedores distintos para que se possa avaliar a economicidade da subcontratação.

4.3.3.5. A Contratada deverá apresentar orçamentos para que se possa avaliar a economicidade da subcontratação.

4.3.3.6. A Contratante recusará orçamentos em que forem verificados valores incompatíveis com os praticados pelo mercado.

4.3.3.7. Poderá ser dispensada a apresentação de mais de um orçamento quando este vier acompanhado de atestado de exclusividade ou documento análogo que comprove tal requisito.

4.3.3.8. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3.3.9. Os custos referentes, ao transporte, armazenagem, despachos aduaneiros e seguro de materiais aeronáuticos que a Contratada terá de suportar para realizar o serviço por meio de subcontratação serão repassados à CONTRATANTE e constarão da fatura dos serviços, que também deverá trazer anexo com os comprovantes das referidas despesas.

a) Tendo em vista as despesas administrativas, estes custos poderão ser acrescido com taxa administrativa de 12%.

4.3.3.10. Para faturamento dos serviços subcontratados, caso estes sejam realizados por empresa estrangeira, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão do orçamento pela Contratada, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

4.3.3.11. A Contratada repassará à Contratante quaisquer garantias remanescentes dos serviços subcontratados e materiais aplicados nestes serviços.

4.4. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:

4.4.1. Substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

Garantia da Contratação

4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

- 4.6. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.7. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 4.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

- 4.9. A avaliação prévia das Aeronaves é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 18 horas.
- 4.10. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.11. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.12. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.13. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 4.14. O endereço para a vistoria das aeronaves:

Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal.
Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek
Setor de Hangares, Aviação Geral, Hangares 13/14
CEP 71608-030 - Lago Sul – Brasília – DF

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. Início da execução do objeto: 1 (um) dia após a assinatura do contrato.
- 5.1.2. A Contratada deverá zelar pela integridade das aeronaves durante a execução da manutenção sob pena de ser responsabilizada por quaisquer danos ou perdas que ela sofrer.
- 5.2. **MANUTENÇÕES PROGRAMADAS**
- 5.2.1. São os serviços relacionados no plano de manutenção das aeronaves. São as manutenções realizadas em intervalos definidos segundo recomendações do FABRICANTE (da Aeronave, componentes ou equipamentos), através de inspeção sistemática, detecção e substituição ou reparo de componentes, ajuste, calibração, e quaisquer tarefas recomendadas pelo manual de manutenção, como por exemplo:
- a) Inspeções Horárias de Célula e Motor: São todas as inspeções calculadas com base no número de horas de voo, constantes nos Manuais de Manutenção de Célula da Aeronave e de seus motores;
- b) Inspeções Calendárias de Célula e Motor: São todas as inspeções calculadas com base em intervalos cronológicos entre si, constantes nos manuais de manutenção de célula da aeronave e de seus motores;
- c) Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA): Inspeção anual obrigatória, conforme determinação da autoridade aeronáutica;
- d) Remoção e Instalação de Componentes de Vida Útil Controlada: É o serviço necessário para se efetuar as revisões obrigatórias nos componentes da aeronave;
- e) Atualização das licenças, softwares, provedores de serviços operacionais e banco de dados.
- 5.2.2. A Contratada deverá ser capaz de executar os serviços de manutenção das aeronaves previstos no Manual de Manutenção não havendo possibilidade de subcontratação, exceto revisões gerais de equipamentos, motores e outros serviços pertinentes constantes nesse Termo de Referência.
- 5.2.3. A Contratada ficará responsável pela atestação do Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA), Relatório de Condição de Aeronavegabilidade (RCA) e Licença Estação (L.E) das Aeronaves junto à ANAC e à ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), arcando com todas as taxas aeronáuticas de tais documentos para manter a condição aeronavegável das Aeronaves, fornecendo a Contratante os referidos comprovantes de requerimento de revalidação protocolados na ANAC e na ANATEL.
- 5.2.3.1. Caberá a Contratada arcar com os valores referentes as taxas e emolumentos incidentes na manutenção da Aeronave junto à Agência Reguladora (ANAC), exceto multas decorrentes da operação.
- 5.2.4. A Contratada será responsável pelo controle de vencimento e atualização de bancos de dados (p. Ex. FMS, cartas Jeppesen), demais softwares (programas) que estiverem disponíveis ou instalados nas Aeronaves, das licenças e/ou certificados necessários para a correta operação da aeronave.
- 5.2.5. As MANUTENÇÕES PROGRAMADAS deverão ser realizadas em centro de serviços da empresa ou, quando possível, no hangar da Contratante, podendo, em caráter excepcional, e desde que autorizado pelas autoridades competentes, ser realizadas em outro local.
- 5.2.6. Durante o período em que as Aeronaves permanecerem em manutenção sob a responsabilidade da Contratada, esta deverá proporcionar-lhes hangaragem (guarda da aeronave em hangar) adequada durante todo o período de manutenção, responsabilizando-se por quaisquer danos ou perdas causadas a elas durante este período que tenham sido causados por sua responsabilidade.
- 5.2.7. A Contratante deverá ser responsável pela realização do traslado das aeronaves do estabelecimento da Contratante até o CENTRO DE SERVIÇOS (oficina ou outra instalação física da Contratada, homologada pela ANAC), até a data limite, bem como por seu retorno para o estabelecimento da Contratante ou para outra localidade logo após a execução dos serviços.
- 5.2.7.1. Todos os procedimentos e despesas relativas ao traslado das Aeronaves são de responsabilidade da Contratante.
- 5.3. **CONSUMÍVEIS E DESCARTÁVEIS MANUTENÇÕES PROGRAMADAS**
- 5.3.1. A Contratada deverá fazer a gestão da diagonal de manutenção, assim como definir previamente o material a ser utilizado nas Inspeções Programadas, sem que haja prejuízo no tempo de início e término de tais Inspeções. Além disso, deverá efetuar a gestão para aquisição e fornecimento de materiais, durante a operação e inspeções da aeronave, de forma a atender às metas de disponibilidade deste TR.
- 5.3.2. Todos os materiais consumíveis e descartáveis previstos nas Manutenções Programadas serão disponibilizados pela Contratada e deverão estar previstos na precificação do Item 2 da Tabela do Objeto deste Termo de Referência, não havendo cobrança a parte, exceto: EPIs, arame de freio, estopas, produtos multiusos (limpa contatos, desengripantes, WD-40 ou similar, etc) os quais, em razão da inviabilidade de mensuração por tarefa executada pressupõe-se incluso nos custos administrativos da execução da manutenção programada.
- 5.3.2.1. A licitante deverá observar os materiais consumíveis e descartáveis que serão aplicados nas Manutenções Programadas durante o período de execução contratual conforme lista dos Manuais de Manutenção constante no ANEXO I desse TR.
- 5.3.3. Durante as Manutenções Programadas a Contratada deverá apresentar workscope (escopo de trabalho) com a estimativa dos materiais consumíveis e descartáveis que serão utilizados em cada bloco de manutenção.
- 5.3.4. Antes do faturamento dos serviços será aprovada prenota com todos os consumíveis e descartáveis nas quantidades e proporções aplicadas.
- 5.4. **MANUTENÇÃO NÃO PROGRAMADA**
- 5.4.1. As Manutenções não-Programadas são manutenções sem intervalos definidos e é realizada para a correção de uma falha evidente, suspeita de mau funcionamento e/ou de um defeito na Aeronave, em um de seus sistemas ou componentes, de acordo com as publicações técnicas ou quaisquer manuais de reparo emitidos pelo Fabricante da Aeronave. Limitar-se-ão às atividades que a Contratada está homologada a realizar de acordo com seu Certificado de Organização de Manutenção ("COM").

5.4.2. A Contratada poderá, caso não esteja homologada para execução, subcontratar uma atividade de Manutenção não-Programada, de acordo com as condições descritas neste Termo de Referência.

5.5. ADMINISTRAÇÃO, REPARO E SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES

5.5.1. Por meio deste módulo, para os materiais (equipamentos) apresentados no ANEXO II, a Contratada irá prever a substituição de componentes inservíveis retirados das Aeronaves, por componentes servíveis do estoque de peças de reposição da Contratada. Esse serviço será ofertado para atender a demanda operacional.

5.5.2. Por administração de reparos e garantias de Componentes entenda-se:

- a) Custos de teste, armazenagem, inspeção, modificação, reparo e/ou revisão geral e documentação obrigatória dos Componentes removidos;
- b) Todos os impostos aplicáveis incidentes sobre Serviços realizados na Contratada e suas oficinas, no Brasil e no exterior;
- c) Despesas de transporte relativas ao envio e ao retorno à Contratante dos componentes removidos da aeronave e também dos componentes da Contratada, alugados à Contratante;
- d) Envio e retorno de Componente da Contratante para teste, inspeção, modificação, reparo e/ou revisão geral;
- e) Seguro para o Componente, se aplicável;
- f) Taxa de emissão e entrega de AWB (Air waybill - custo associado à geração e entrega do documento de transporte aéreo para peças aeronáuticas. Geralmente cobre custos administrativos e logísticos envolvidos na emissão e entrega desses documentos necessários para o transporte do componente via aérea);
- g) Taxa sobre frete a pagar, se aplicável; e
- h) As embalagens para o Evento deverão ser de responsabilidade da Contratada, durante todo o evento de envio e retorno dos componentes.

5.5.3. Gerenciamento do Controle de Componentes:

- a) A Contratada deverá armazenar, reparar, repor ou favorecer o reparo ou a reposição de quaisquer Componentes Sem Condição de Uso, cobertos pelo ADMINISTRAÇÃO, REPARO E SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES, os quais se encontram discriminados no ANEXO II deste TR;
- b) A Contratada deverá manter a capacidade de fornecimento e de troca dos Componentes, que sejam necessários para o cumprimento das obrigações especificadas neste TR;
- c) A Contratada deverá manter os Componentes do Estoque de Troca de acordo com os regulamentos da Autoridade Aeronáutica local, aplicáveis para assegurar que o Estoque de Troca esteja adequado para o uso;
- d) A Contratada deverá arcar com todos os custos associados à manutenção da capacidade de fornecimento e de troca, incluindo, mas não limitado, a armazenagem, depreciação, frete, seguro, custos de reparo;
- e) A Contratada deverá ser responsável pelo gerenciamento do inventário, controle da validade da garantia, reparo e reposição de todos Componentes, abrangidos pelo Estoque de Troca;
- f) A Contratada, poderá fazer em seu Estoque de Troca, qualquer correção ou modificação, bem como substituir Componentes, a partir de documentos oriundos de fabricantes ou fornecedores certificados, solicitando substituição devido à descontinuidade na fabricação, dificuldade de aquisição em mercado ou atualização tecnológica ou de adequação à legislação ambiental, desde que a intercambialidade entre Componentes bem como a situação da modificação fornecida não seja afetadas;
- g) A Contratada deverá elaborar laudo técnico comprobatório nos casos de constatação de BER (Além do que economicamente reparável) e enviá-lo à Contratante conforme este TR;
- h) A Contratada poderá fazer, no seu Estoque de Troca, qualquer correção ou modificação necessária no número mínimo de Componentes; e
- i) A Contratada deverá remeter os Componentes à Contratante devidamente embalado, de acordo com a ATA300.

5.5.4. A Contratada deverá enviar mensalmente relatório contendo todos os itens que foram substituídos das aeronaves sob pena de ser responsabilizada nos termos deste TR.

5.5.5. Exclusões:

- a) Quaisquer custos operacionais (custos não associados a manutenção da aeronave), como por exemplo, mas não limitado a combustível, hangaragem, lavagem/polimento/limpeza da aeronave, seguro e garantias financeiras/bancárias associadas, taxas aeroportuárias, taxas da ANAC e permissões.
- b) Delaminação, corrosão, erosão, abrasão ou sulfetação em conjuntos estruturais ou de materiais compostos da aeronave;
- c) Danos induzidos pela Contratante, como por exemplo, impacto com pássaro, danos por descarga elétrica (raios), danos por pouso pesado, inspeções por acionamento de slat/flap/trem de pouso acima de velocidade, inspeções e danos causados por a aeronave ter extrapolado envelope aprovado para operação;
- d) Reparo estrutural ou substituição de fuselagem ou quaisquer itens estruturais, tais como, mas não limitado a portas, janelas de cabine/passageiros, asas, empenagem, naceles, capotas, carenagens, aerofólios, superfícies de controle de voo;
- e) Antecipação de tarefa de manutenção programada a pedido da Contratante;
- f) Manutenção de motores, exceto aquelas previstas em manuais MPD/MRB; NOTA: Se durante a execução de uma tarefa de MPD/MRB em motores for identificado alguma discrepância, a correção dela também é exclusão ao pagamento por hora de voo.
- g) Valores de reparo que extrapolem 65% (setenta por cento) do preço de uma peça nova, conforme condições B.E.R. ou B.T.R.;
- h) Engenharia de desenvolvimento para busca de soluções de obsolescências/descontinuidade produtiva de itens da frota;
- i) Componentes e Consumíveis não aplicáveis aos Manuais de Manutenção;
- j) pintura externa e acabamento;
- k) Substituição de componentes ou consumíveis que ainda podem ser reparados de acordo com os limites definidos no Manual de Manutenção, a menos que seja recebida aprovação prévia por escrito do Fornecedor;
- l) Qualquer item do interior da aeronave, como itens cosméticos e/ou qualquer item sujeito a desgaste normal e/ou produtos duros e macios, incluindo, mas não limitado a, revestimento, acabamentos, couros, espelhos, acabamento, estofamento, almofadas, capas para assentos e divãs, lexan, laminados, telas, carpetes, painéis, cortinas, persianas, tecidos, madeiras, letreiros, folheados, racks, consoles, divisórias, porta-garrafas, pastilhas para refrescos, caixas térmicas, armários de cozinha, armário de lavatório, compartimentos e armários sanitários, armários, conjunto de escada de ar de guarda-roupa, cofre, portas de bolso, mesa dobrável, assentos (cabine e passageiros), cabos de assento, divãs, forno de suporte, conjunto de mortalha de cama, mortalha trabalhada e qualquer outro item de interior não definido conforme abrangido pelo Anexo II;
- m) Equipamento de emergência, a menos que seja considerado inservível durante a manutenção programada ou manutenção programada pesada necessária para equipamentos de emergência;
- n) Substituição de componentes de vida limitada, uma vez que tal componente tenha atingido o fim do ciclo de vida. Os componentes que possuem vida limite estão listados no Maintenance Review Board (MRB) 1621 – Appendix A – Part 4 – Life-Limited Items (LLI);
- o) Componentes selecionados que já estejam inservíveis no início do programa ou que estejam em aeronaves paradas ou no estoque da Contratante, não serão considerados elegíveis para o programa de reparo até que sejam reparados a tempo e incorporados novamente à operação. Para atender a esse requisito, a Contratada poderá oferecer a Contratante um plano de reparo para esses componentes na modalidade Time & Material. Uma lista das condições gerais dos componentes elegíveis ao programa, identificadas pelo número de série, deve ser entregue à Contratada antes da entrega de uma proposta comercial firme. A Contratante não deverá instalar qualquer Componente do Estoque Sobressalente em outra aeronave que não seja a Aeronave objeto das Informações Comerciais. A Contratante será responsável por indenizar todos os custos e obrigações relacionados se realizar tal

instalação não autorizada. A Contratada tem o direito de inspecionar o Componente Inservível dentro de um período de tempo razoável após o recebimento da Contratante e tem a obrigação de aceitar qualquer Componente Inservível sujeito às seguintes condições:

1. O Componente ficou inservível durante e/ou como resultado do uso regular. Fica entendido que “incidentes” e “acidentes” com a Aeronave não devem ser considerados uso regular para fins do Programa de Suporte de Peças;
2. Não há evidência externa de deterioração, desgaste (exceto desgaste normal), quebra, dano ou qualquer outro defeito resultante dos métodos de uso, armazenamento, preservação e embalagem, em desacordo com os aplicáveis nos manuais da Embraer e dos fornecedores;
3. O componente não foi alterado, modificado ou manipulado pela Contratante ou qualquer terceiro, sem autorização por escrito da Contratada; e
4. Após investigação pelos fornecedores, fundamentada por um Shop Finding Report, Teardown Report ou equivalente, o componente não se tornou inservível devido a:
 - Uso ou operação inadequada;
 - Danos causados por agentes externos não resultantes de operação regular, incluindo, mas não limitado à ingestão de objetos estranhos, gelo ou líquidos; e
 - Qualquer outro defeito resultante de manuseio, armazenamento ou embalagem, em desacordo com os aplicáveis nos manuais da Embraer e fornecedores.

5.5.5.1. Se a Contratada se recusar a aceitar um Componente Inservível devido a qualquer um dos motivos acima, a Contratada deverá notificar a Contratante sobre os motivos de tal recusa e a Contratante deverá pagar à Contratada, em compensação pelo dano, um valor igual ao preço de um novo componente.

5.5.5.2. Ocorrências consideradas exclusão do pagamento por hora de voo, poderão ser endereçadas, a critério da Contratante, através do módulo sob demanda (mediante aprovação de orçamento caso a caso).

5.5.5.3. A administração Reparo e Substituição de componentes alcança a lista do ANEXO II. Qualquer outro componente que esteja fora da lista do ANEXO II (POOL de Peças) será fornecido por meio do Itens 8 ou 11, SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO, FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS, respectivamente, conforme esse Termo de Referência.

a) O Contratante poderá alterar os componentes aeronáuticos que compõe o ANEXO II, em comum acordo com a Contratada, desde que não implique em alteração do valor contratado ou mediante aditivo justificado.

b) As alterações propostas serão motivadas e deverão considerar o melhor aproveitamento dos recursos aplicados, continuidade operacional e proporcionalidade de custos.

c) Em caso de componentes do ANEXO II que alcancem a obsolescência a substituição poderá ~~deverá~~ ser providenciada pela contratada, mediante aprovação de orçamento da Contratante ~~ainda que de forma gradativa~~, a fim de garantir a capacidade de reparo sem prejuízo a capacidade operacional da Contratante.

5.6. APOIO TÉCNICO OPERACIONAL (ATO)

5.6.1. São os serviços de manutenção preventiva e corretiva, programados ou não programados, que podem ser prestados pela equipe de técnicos da Contratada e poderão ser realizados fora do Centro de serviços.

5.6.2. Visa corrigir situações que tornem as Aeronaves indisponíveis para o voo, dentro dos limites de segurança para Serviços de manutenção de linha.

5.6.3. Manutenções Não-Programadas identificadas pelo ATO deverão ser saneadas pelo Apoio e NÃO haverá cobrança de mão de obra pelos serviços corretivos demandados.

5.6.3.1. Se o problema for verificado pelos representantes da contratada responsáveis pelo APOIO TÉCNICO OPERACIONAL (ATO), a Contratante deverá ser notificada para que seja procedida a informação a Contratada.

5.6.3.2. O ATO deverá realizar a manutenção corretiva, de forma que as Aeronaves retornem a sua condição operacional.

5.6.3.3. Caso as discrepâncias encontradas na Aeronave a torne não Aeronavegável e não possam ser solucionadas pelo APOIO TÉCNICO OPERACIONAL, a Contratada deverá assessorar a CAOP para obter junto à ANAC as autorizações de traslado necessárias, bem como trazer a Aeronave à condição mínima de segurança que permita o traslado de forma segura.

5.6.4. Mediante solicitação da empresa Contratada, a Contratante deverá fornecer no seu hangar um *espaço* para uso pela empresa Contratada, de forma a permitir o armazenamento de ferramentas, componentes, execução de pequenos reparos;

5.6.4.1. O espaço deverá dispor também de cabeamento e provisões para ponto de telefone e Internet para uso da empresa Contratada, ficando por conta da empresa Contratada a aquisição dos equipamentos necessários para uso e contratação e pagamento destes serviços para com as respectivas concessionárias;

5.6.5. A Contratada deverá disponibilizar ferramental permanente na Base da CAOP, durante a vigência do Contrato.

5.6.5.1. O ferramental disponibilizado durante a vigência do contrato retornará para a contratada após o encerramento da contratação.

5.6.5.2. As ferramentas que serão disponibilizadas de forma permanente, durante a vigência do Contrato, na base da Contratante em Brasília, estão listadas no ANEXO IV desse Termo de Referência e serão de uso exclusivo do Apoio Técnico durante as manutenções, sem prejuízo de equipamentos adicionais necessários a execução dos serviços, os quais são de inteira responsabilidade da Contratada.

5.6.5.3. Cabe à Contratada fazer a gestão de vencimento de calibração e eventuais reparos das ferramentas que estarão alocadas de forma permanente na base da Contratante.

5.7. CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO (CTM).

5.7.1. Controle Técnico de Manutenção (CTM) é o serviço de:

5.7.1.1. acompanhamento dos materiais aeronáuticos controlados;

5.7.1.2. do controle/atualização das publicações técnicas, do cumprimento das Diretivas Técnicas, Diretrizes de Aeronavegabilidade (DA) e (AD) e STC (Supplemental Type Certificates), SB (Service Bulletins);

5.7.1.3. acompanhamento técnico e informações de LLPs (peças com limite de vida, possui tempo de vida limitado);

5.7.1.4. da atualização mensal de todas as cadernetas das AERONAVES, inclusive o diário de bordo na parte relativa às discrepâncias, horas de célula, motor(es), ciclos e inspeções;

5.7.1.5. controle, atualização e revisão das publicações e biblioteca técnica das Aeronaves;

5.7.1.6. do controle das atividades de MANUTENÇÃO DE LINHA, MANUTENÇÃO PROGRAMADA, SERVIÇOS EVENTUAIS e MANUTENÇÃO NÃO PROGRAMADA referente às Aeronaves; e

5.7.1.7. demais exigências pertinentes à legislação aeronáutica vigente relativas ao Controle Técnico de Manutenção.

5.7.2. O CTM deverá:

5.7.2.1. analisar e controlar as diretrizes de aeronavegabilidade e boletins mandatórios relacionados às aeronaves e respectivos componentes, incluindo seus motores. Como resultado desta análise, deverá propor e, caso aceito pela Contratante, planejar período para incorporação das diretrizes realizada preferencialmente junto às inspeções programadas;

5.7.2.2. fornecer à Contratada, logo após a celebração do contrato, todos os dados relativos à Diagonal de Manutenção, cumprimento de AD e SB (boletins de serviço), quantidade acumulada de FH, FC, AH, AC, relação dos componentes instalados (com ou sem limites de vida útil ou TBO), além de outros julgados necessários;

5.7.2.3. apresentar num prazo de 15 dias após a assinatura do contrato o plano de manutenção em arquivo com extensão “pdf” e uma planilha em arquivo Excel com o trefário do plano de manutenção para o primeiro biênio com atualização anual do biênio subsequente;

- 5.7.2.4. controlar todas as tarefas de manutenção previstas no plano de manutenção citados na letra anterior;
- 5.7.2.5. atualizar os planos de manutenção das aeronaves toda vez que houver revisão dos manuais de manutenção do fabricante, e enviar as versões atualizadas à Contratante;
- 5.7.2.6. ser responsável, nos casos em que for de interesse da Contratante, por gerenciar extensão de vencimento de tarefas do plano de manutenção ou a realização de procedimento de manutenção alternativo, assim considerado como aquele não previsto em publicação técnica aplicável à aeronave;
- 5.7.2.7. realizar consulta à fabricante das aeronaves de possíveis extensões de vencimento, cujo resultado, se positivo, será submetido à aprovação da Contratante. Ressalta-se que, não obstante haver a aprovação supracitada, a responsabilidade técnica relativa à extensão de vencimentos ou realização de procedimentos alternativos é integralmente da Contratada. Em casos de extrema necessidade, a Contratada poderá solicitar à Contratante, a extensão de vencimento de cheque de manutenção ou extensão de vencimento de motor ou componente;
- 5.7.2.8. ser responsável pela emissão do Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA) ou qualquer outro documento mandatário a garantia da aeronavegabilidade das aeronaves;
- 5.7.2.9. fornecer, a qualquer momento, quaisquer dados, documentação, da aeronave e seus componentes quando requerido pela Contratante no prazo máximo de 05 dias úteis;
- 5.7.2.10. fornecer mensalmente, mapa de componentes, mapa de inspeções, controle de ADs/DAs, Boletins de Serviço e STCs;
- 5.7.2.11. ser responsável por alimentar o Sistema de gestão aeronáutica da Contratante com todos os dados do CTM das Aeronaves, ou aqueles que forem de maior relevância para a manutenção de informações no sistema acordados no momento da reunião inicial de contratação;
- 5.7.2.12. ser responsável pela atualização periódica dos registros de manutenção das cadernetas das Aeronaves, dos motores e do diário de bordo, em sistema de gestão próprio da Contratada;
- 5.7.2.13. responsabilizar-se-á pelo controle de vencimento dos bancos de dados do sistema de navegação e pelas atualizações (p. ex. FMS, cartas Jeppesen), demais softwares (programas) que estiverem disponíveis ou instalados na aeronave, das licenças e/ou certificados necessários para a correta operação da aeronave;
- 5.7.2.14. ser responsável pela atestação do Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA), Relatório de Condição de Aeronavegabilidade (RCA) e Licença Estação (L.E) da aeronave junto a ANAC e ANATEL arcando com todas as taxas aeronáuticas de tais documentos para manter a condição aeronavegável da mesma, fornecendo à CONTRATANTE os referidos comprovantes de requerimento de revalidação protocolados na ANAC e ANATEL;
- 5.7.2.15. O CTM deverá ser ajustado para o emprego das aeronaves em um perfil de utilização de 800 horas de voo (400 horas por aeronave), 330 ciclos, pelo período de 12 meses.
- 5.7.2.16. A Contratada arcará com o pagamento de multas ou quaisquer ônus provenientes da comprovada inobservância de algum dos itens referentes ao serviço de CTM, bem como terá responsabilidade por qualquer falha comprovada na realização dos serviços, apurados mediante regular processo administrativo, observados o contraditório e a ampla defesa.

5.8. SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO (PRESTADOS DIRETAMENTE PELA CONTRATADA), SUBCONTRATADOS E LOCAÇÃO DE COMPONENTES

- 5.8.1. Serão subcontratados quando a Contratada não possa executar o serviço por lhe faltar específica certificação ou homologação da ANAC, para manutenção de determinado componente aeronáutico da aeronave.
- 5.8.2. Podem ser imprevisíveis quanto ao momento de sua necessidade e, devido às suas peculiaridades, estão descritos neste Termo de Referência em razão do seu caráter ocasional.
- 5.8.3. Se o problema for verificado pelos Representantes da contratada responsáveis pelo Apoio técnico em campo, a Contratante deverá ser notificada para que seja procedida a informação a Contratada.
- 5.8.4. Esses Serviços compreendem, mas não se limitam, aos seguintes serviços:
- a) Suporte de Engenharia, como por exemplo:
 1. análise de danos estruturais;
 2. análise de danos devido à ingestão de FOD (objeto estranho potencial causador de dano na aeronave);
 3. análise de danos devido à descargas elétricas atmosféricas e cargas estáticas excessivas;
 4. definição de reparos necessários para restauração da Aeronavegabilidade;
 5. Adequação do Plano de Manutenção – Low Utilization;
 6. Aprovação de uma MEL junto a ANAC;
 - b) polimento de superfícies;
 - c) serviços de capotaria: são todos os serviços relacionados à manutenção e recuperação dos assentos e encostos dos bancos dos pilotos e passageiros;
 - d) serviços de reparos estruturais: são todos os serviços previstos no Manual de Reparos Estruturais do fabricante da aeronave;
 - e) pintura geral, repintura e acabamentos, exceto os casos particulares previstos nesse TR, causados por sua intervenção manutentiva;
 - f) serviços de reparo, recuperação e reforma interna;
 - g) itens de interiores como poltronas, revestimentos de cabine, carpete, luzes de leitura;
 - h) serviços de manutenção de terceiro nível: são os serviços não cobertos pelo apoio operacional, que necessitam de inspeção detalhada do componente em bancada e/ou teste em banco de provas, como, por exemplo, a revisão geral de motor; serviços de pintura externa e interna: são todos os serviços relacionados à pintura geral de aeronave conforme esquema de pintura no padrão de cor e textura aprovado pelo CAOP;
 - i) cumprimento de diretivas técnicas;
 - j) serviços de envio e coleta de componentes: são os serviços de frete para o envio e a coleta de componentes que necessitem passar por serviços eventuais de manutenção;
 - k) Acidente ou incidente aeronáutico, ou dano por objeto estranho (FOD) não causado pela Contratada;
 - l) do mau uso da Aeronave e suas partes e componentes, exceto quando praticado pela Contratada;
 - m) da operação da Aeronave fora das suas especificações operacionais estabelecidas pelo Fabricante e validadas pela Autoridade aeronáutica;
 - n) de serviços de manutenção efetuados por terceiros ou peças instaladas por terceiros, sem anuência expressa da Contratada;
 - o) de catástrofes naturais;
 - p) do manuseio inadequado de peças de manutenção por terceiros não autorizados pela CONTRATADA;
 - q) mão-de-obra para os serviços que estiverem fora do escopo do APOIO OPERACIONAL a serem realizados no exterior;
 - r) as Diretrizes de aeronavegabilidade (D.A.) e A.D em vigor e as que forem publicadas após a divulgação do edital de licitação inclusive as D.A.s relativas ao conceito de “FLIGHT SECURITY” e as relativas ao conceito “FLIGHT SAFETY”;
 - s) implementação de Boletins de Serviço não-mandatários, aplicáveis à Aeronave;
 - t) locação de componentes;
 - u) revisão geral, reparo e aluguel de motores e seus componentes bem como todos serviços para os motores que estiverem fora do escopo da manutenção de linha;
 - v) aquisição de licenças, softwares, provedores de serviços operacionais e banco de dados;
 - w) fornecimento de oxigênio e nitrogênio para os serviços de manutenção de linha;

x) serviços de assessoria de voos internacionais.

- Desempenham um papel fundamental ao auxiliar nas operações em terra para voos que cruzam fronteiras internacionais, oferecendo suporte logístico e administrativo para a tripulação e aeronave no caso de escalas.

y) publicações técnicas operacionais e não operacionais conforme no ANEXO V desse Termo de Referência; e

z) monitoramento de saúde dos motores (EHM);

5.8.5. Caso haja no mercado cartas aeronáuticas compatíveis com os aviônicos (eletrônica a bordo da aeronave) e de capacidade equivalente, a Contratada deverá submeter à Contratante para análise.

5.8.6. a Contratada deverá atualizar sempre que for necessário as licenças, softwares, provedores de serviços operacionais e banco de dados para o EMB 175, via e-mail ou por meio físico, via correios, observados as quantidades, qualidades e os prazos previstos neste Termo de Referência.

5.9. FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS.

5.9.1. Como forma de exemplificação, mas não restrito aos seguintes componentes, equipamentos e materiais, poderão ser fornecidos de acordo com as normas estabelecidas nesse Termo de Referência:

- Pastas de polimento;
- material de pintura, como por exemplo solventes, tintas aeronáuticas etc;
- consumíveis e descartáveis utilizados em serviços de chapas e capotaria;
- consumíveis e descartáveis empregados nas manutenções não-programadas, não-rotina;
- consumíveis e descartáveis empregados em boletins de serviços não mandatórios, AD e DA;
- decorrentes de acidentes e incidentes aeronáuticos, ingestão de FODs, bird strike;
- materiais empregados em reparos estruturais;
- itens de interiores como poltronas, revestimentos de cabine, carpete, luzes de leitura; e
- consumíveis não aplicáveis ao Manual de Manutenção, exceto: arame de freio, estopas, produtos multiusos (limpa contatos, desengripantes, WD40 ou similar, etc).

5.9.2. O Item, Fornecimento de Materiais Aeronáuticos, NÃO será utilizado quando o componente, equipamento ou material:

- integrar os Itens 4/5 - ADMINISTRAÇÃO, REPARO E SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES (Pool de peças, ANEXO II), exceto em caso de B.E.R. de acordo com esse TR.
- integrar o Item 2 - CONSUMÍVEIS E DESCARTÁVEIS MANUTENÇÕES PROGRAMADAS; e
- fizer parte do ferramental necessário para atuação do Apoio Técnico Operacional (ANEXO IV);

5.10. APOIO OPERACIONAL DE SOLO "HANDLING"

5.10.1. Os serviços relacionados neste item serão utilizados de forma eventual e poderão ser solicitados em conjunto ou separadamente, cabendo exclusivamente a Contratante estabelecer quais serão os serviços necessários a sua operação regular.

5.10.2. A contratada poderá executar ou subcontratar os serviços previstos, observada a capacidade de execução nas condições previstas em manual.

5.10.3. Todos os serviços que de uma maneira ou outra possam obstruir a normal utilização do pátio do aeroporto ou causar perigo aos usuários, deverão ser sinalizados.

5.10.4. Encontra-se no ANEXO IV desse Termo de Referência, a pormenorizado dos serviços e a lista de aeroportos para a operação das aeronaves.

5.10.5. O Apoio Operacional de Solo (Handling) compreende os seguintes Serviços:

- 5.10.5.1. Pushback: Trata-se de operação de deslocamento, por equipamento auxiliar (por exemplo tratores ou rebocadores), da aeronave parada até a posição final na qual ela possa se deslocar por meios próprios. O Pushback será essencial nos aeródromos em que não for permitido o deslocamento por meios próprios.
- 5.10.5.2. Escada móvel: Trata-se de serviço de acoplamento de escada móvel para auxiliar o embarque e desembarque de passageiros da aeronave.
- 5.10.5.3. QTU: Trata-se de serviços de higienização de dejetos sanitários (QTU), realizado por veículo rebocável ou não.
- 5.10.5.4. Limpeza interna da Aeronave: Trata-se da limpeza da cabine de comando e cabine de passageiros.
- 5.10.5.5. Abastecimento de água potável (QTA): Trata-se de abastecimento do tanque de água potável da aeronave.
- 5.10.5.6. Utilização de GPU: Trata-se de serviço de disponibilização de unidade de fonte de força terrestre, compatível com a aeronave EMB 175, para auxiliar a partida dos motores das aeronaves sempre que for necessário.
- 5.10.5.7. Conveyer: Esteira para carga e descarga de bagagem nos porões das aeronaves.
- 5.10.5.8. Pranchas ou Carros para transporte de bagagens.
- 5.10.5.9. Demais equipamentos de apoio ao solo previstos nos manuais da aeronave.

5.11. RESSARCIMENTO COM DESPESAS DE MECÂNICO EM VIAGEM.

5.11.1. O ressarcimento de mecânico em viagem será pago de acordo com a demanda da CAOP. O montante disponibilizado no Item 16 foi estabelecido levando-se em consideração o Estudo Técnico preliminar (ETP).

5.11.2. O Ressarcimento com Despesas de Mecânico em Viagem será devido para cada pernoite fora de base.

5.11.3. Os valores máximos de ressarcimento de hospedagem, alimentação e transporte do mecânico da Contratada serão limitados a:

- 5.11.3.1. Viagens Nacionais: o valor estabelecido para pagamento de diárias ao servidor público civil da União, pela localidade de pernoite, referentes aos cargos de nível intermediário e auxiliar, conforme o Decreto nº 11.872, de 29 de dezembro de 2023, que altera o Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006.
- 5.11.3.2. Viagens Internacionais: o valor estabelecido para pagamento de diárias ao servidor público civil da União, pela localidade de pernoite, referentes ao decreto 6.576 de 25 de setembro de 2008, Classe IV.
- 5.11.3.3. Transporte: Despesas com taxi/aplicativo de transporte limitadas ao valor estabelecido para o servidor público civil da União, como Adicional de Embarque e Desembarque;

5.11.4. É obrigatório apresentar no relatório mensal de faturamento os valores referentes ao ressarcimento dos mecânicos em viagem.

Local e horário da Prestação dos Serviços

5.12. Os serviços de Apoio Técnico Operacional (ATO) serão prestados no seguinte endereço: Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal - CAOP, Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, Setor de Hangares, Aviação Geral, Hangares 13/14 CEP 71608-030 - Lago Sul - Brasília - DF.

5.12.1. As Inspeções Programadas serão executadas em Centros de serviços da Contratada e/ou hangar da Contratante, de acordo com as determinações da Autoridade Aeronáutica conforme regulamentação.

5.12.2. O CTM e o Suporte de Engenharia poderão ser executados nos Centros de Serviço devido ao escopo de trabalho.

5.12.3. Os demais Serviços Eventuais e Extraordinários serão executados conforme o local da demanda, tendo em vista que a ação manutentiva nas Aeronaves pode ocorrer em qualquer parte do território nacional e fora dele.

Rotinas a serem cumpridas

5.13. A execução contratual observará as rotinas abaixo.

5.13.1. MANUTENÇÕES PROGRAMADAS

5.13.1.1. As datas de paradas das Aeronaves em centro de serviços para execução das MANUTENÇÕES PROGRAMADAS deverão ser acordadas entre Contratada e Contratante sempre respeitando as datas limite estabelecidas pela Contratada.

5.13.1.2. Os Workscopes (relação dos serviços de manutenção apontados pela contratada como sendo os necessários e/ou obrigatórios para uma determinada parada de manutenção) serão determinados pela Contratada com base no Controle Técnico de Manutenção (CTM) da Contratada, com antecedência suficiente para o necessário planejamento de ambas as partes contratantes.

5.13.1.3. É de responsabilidade da Contratada o gerenciamento dos serviços que serão objeto das inspeções programadas com o intuito de coordenar o tempo previsto, de forma que as especialidades de cada Sistema possam encontrar as discrepâncias em tempo oportuno para que as aeronaves retornem às operações dentro do tempo acordado entre as partes e previsto no Manual das Aeronaves. Qualquer atraso na entrega das aeronaves, durante uma inspeção programada, por culpa da Contratada acarretará as sanções previstas nesse Termo de Referência.

5.13.1.4. Toda e qualquer discrepância identificada durante o processo, após análise da Contratada sobre capacidade de execução somente ocorrerá após a apresentação da Solicitação de Serviço, que poderá ser feita através de e-mail, entre Contratante e Contratada.

5.13.1.5. A Contratante poderá acompanhar, diretamente ou por intermédio de técnico formalmente designado, qualquer intervenção decorrente da execução do Contrato de Manutenção das Aeronaves.

5.13.1.6. A Contratada disponibilizará, diariamente, ao final do expediente, Report contendo andamento dos serviços, cronograma de atividades e lista das tarefas (abertas, fechadas, pendentes, em andamento).

5.13.1.7. Se, por falha de procedimento da Contratada ocorrer o vencimento de qualquer inspeção que somente possa ser realizada num Centro de serviços, a Contratada deverá assessorar a Contratante para obter uma autorização especial de traslado junto à ANAC, bem como realizar tarefas eventualmente necessárias para que o referido traslado seja realizado em segurança.

5.13.1.8. A Contratada efetuará retoques na pintura e reparos de interiores, que tenham sido ocasionados em virtude de suas atividades ou de seus prepostos na execução dos Serviços de manutenção, visando especialmente proteger áreas das Aeronaves contra a corrosão.

5.13.1.9. Qualquer reparo de pintura e reparo nos interiores que tenham sido ocasionados pela intervenção manutentiva deverão ser suportados pela Contratada não sendo possível o repasse desses custos para a Contratante

5.13.1.10. Para correção de discrepâncias identificadas durante a execução dos blocos de manutenção, será enviado uma cotação a parte, condicionada ao aceite da Contratante para prosseguimento da execução do serviço. Essas Discrepâncias (finds) serão tratadas como Manutenções Não Programadas nesse Termo de Referência.

5.13.2. MANUTENÇÕES NÃO PROGRAMADAS

5.13.2.1. Serão executadas em Centros de Serviços da Contratada e/ou hangar da Contratante para corrigir discrepâncias identificadas durante manutenções Programadas.

5.13.2.2. A Contratante efetuará o deslocamento da aeronave até um centro de serviços da contratada sempre que houver discrepâncias que não comprometam a aeronavegabilidade, cuja complexidade requeiram ferramentas especiais e/ou serviços técnicos de alta especialização.

5.13.2.3. Em caráter de exceção, a Contratada está autorizada a atender as aeronaves em um Centro de Serviços diferente daquele declarado no Contrato, se responsabilizando por todas as adequações impostas pelas Autoridades Aeronáuticas.

5.13.2.4. Toda e qualquer discrepância identificada durante o processo, após análise da Contratada sobre capacidade de execução, somente ocorrerá após a apresentação da Solicitação de Serviço, que poderá ser feita através de e-mail, entre Contratante e Contratada. Caso a Contratada não possua capacidade técnica para executar o serviço, deverá subcontratá-lo conforme esse trecho de Referência.

5.13.3. ADMINISTRAÇÃO, REPARO E SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES

5.13.3.1. A substituição de componentes é iniciada por solicitação formal (Formulário de Substituição de Peças) da Contratante, do ATO ou do Centro de Serviços que está executando a tarefa (o modelo será fornecido pela Contratada). Uma vez recebido o formulário, a Contratada processará o pedido e entregará, às suas expensas, o componente nos locais definidos pela Contratante, seguindo os prazos abaixo:

Item	Categoria	Tempo LITE para Entrega
1	AOG	Até 48 horas
2	CRÍTICO	Até 72 horas
3	ROTINA	Até 96 horas

Tabela 2

AOG: "Aircraft on Ground", a designação utilizada para indicar que a Aeronave não está apta a voar até que as manutenções técnicas cabíveis sejam realizadas para mantê-las em operação normal de voo, no estado de segurança exigido pela ANAC.

Crítico: Conforme estabelecidos na MEL a fim de não prejudicar a disponibilidade.

5.13.3.2. Este suporte ocorrerá por iniciativa da própria Contratada, quando decorrente das atividades de manutenção programada e não programada por ela realizadas.

5.13.3.3. A responsabilidade pela devolução tempestiva do componente retirado da aeronave é exclusiva da contratada, não sendo admitida multa, penalidade à Contratante por eventual atraso.

5.13.3.4. As partes, de comum acordo, poderão substituir, incluir e/ou eliminar componentes da cobertura do Programa para mantê-la em dia com a configuração da aeronave, se houver, os custos associados serão negociados entre as partes.

5.13.3.5. É reservada a Contratada o direito de fazer as correções ou alterações necessárias no número de peça (PN) dos componentes, nomenclatura ou componentes substitutos e seus preços, desde que a intercambialidade entre os componentes não seja afetada.

5.13.3.6. As atividades de administração dos Componentes Reparáveis, removidos da aeronave, baseada na relação benefício/custo em favor da Contratante, ficarão a cargo e responsabilidade da Contratada.

5.13.3.7. Diante da necessidade de reparo de componentes durante os eventos de MANUTENÇÕES PROGRAMADAS E NÃO PROGRAMADAS, a Contratada providenciará a substituição dos componentes relacionados ao ANEXO II (Pool de peças) desse TR.

5.13.3.8. Se o componente reparável recebido nas aeronaves, do estoque sobressalente, estiver em condição melhor ou mais recente do que o componente inservível removido da Aeronave, nenhum pagamento adicional será cobrado da Contratante, como consequência de tal substituição.

5.13.3.9. Da mesma forma, nenhuma compensação, pagamento ou qualquer ajuste financeiro ou indenização será exigido pela Contratante se o componente inservível removido da Aeronave estiver em uma condição mais nova ou melhor do que o componente reparável recebido da Contratada do estoque sobressalente.

5.13.3.10. Concomitante à ADMINISTRAÇÃO DE REPAROS, A Contratada providenciará a Substituição pelo programa, sem ônus adicional para a Contratante. O componente removido das Aeronaves será enviado à Contratada para reparo, ficando o valor do reparo sob a responsabilidade da CONTRATADA, desde que não ocorra BER.

5.13.3.11. Devem ser considerados como substituição em garantia de peças e componentes sem condição de uso por outros oriundos do estoque de troca para garantir a operação das Aeronaves, mantendo sua condição de aeronavegabilidade.

5.13.3.12. A ocorrência de um BER deverá ser notificada à Contratante, que só então autorizará a substituição do item mediante apresentação de laudo técnico comprobatório.

5.13.3.13. Caso o componente adquirido, em substituição ao BER, seja novo de fábrica, será facultada a Contratante a instalação em sua aeronave, devendo retornar ao Pool o componente usado.

5.13.3.14. Em caso de utilização de qualquer item do estoque mínimo (ANEXO III - OSS), a Contratada deverá informar à Contratante para que se inicie a reposição do item faltante através dos trâmites previstos de aquisição, por meio do Item Fornecimentos de materiais aeronáuticos (Item 11 desse TR) para que haja a reposição deste em 10 (dez) dias úteis a contar da data de aplicação na aeronave; e

5.13.3.15. Caso um componente do estoque mínimo (OSS) tenha alguma inspeção vencida enquanto armazenado, deverá ser recolhido à Contratada para contratação de recertificação por conta da Contratante e retorno a condição utilizável conforme os casos de subcontratação de serviços constantes nesse Termo de Referência.

5.13.4. APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

5.13.4.1. O ATO será realizado por 3 (três) técnicos de manutenção da Contratada, em jornada própria a ser definida pela contratada, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, podendo ser necessária a presença de outro técnico da Contratada, pela natureza do serviço ou devido à limitação de jornada de trabalho.

5.13.4.2. Quando as Aeronaves estiverem na base do CAOP em Brasília, a Empresa Contratada deverá disponibilizar, mediante acionamento e em regime de plantão permanente, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, pelo menos 01 (um) técnico para efetuar as atividades de manutenção de linha, a qualquer horário solicitado pela Coordenação do Comando de Aviação.

5.13.4.3. Uma vez acionada a Contratada, o técnico deverá dirigir-se imediatamente ao estabelecimento da Contratante, ficando por conta da Contratada todas as despesas de deslocamento do(s) técnico(s) até o estabelecimento da Contratante e seu retorno.

5.13.4.4. Os representantes da Contratada designado para o ATO deverá permanecer devidamente identificado e trajado, com uniforme fornecido pela Contratada.

5.13.4.5. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE todos os meios para acionamento do plantão, incluindo, mas não se limitando a, telefone celular, telefone fixo e endereço do plantonista responsável.

5.13.4.6. Durante sua escala de plantão, o plantonista do ATO deverá permanecer no Distrito Federal.

5.13.4.7. Exceto nos casos de atendimento para voos com hora agendada com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, quando o representante da contratada deverá obrigatoriamente estar no estabelecimento da contratante no horário combinado, com a antecedência necessária para inspecionar a Aeronave antes do voo, o tempo de resposta mediante acionamento deverá ser de, no máximo, 02h00min, respeitadas as limitações dos meios de transporte e locomoção.

5.13.4.8. Nos casos de necessidade de atendimento fora da base de Brasília/DF, em situação de AOG ou necessidade de intervenção de manutenção corretiva necessárias para restabelecer as condições de aeronavegabilidade da Aeronave, e que possam ser solucionadas pelo ATO, o valor referente à mão-de-obra estará incluso nessa cláusula, devendo a Contratante ressarcir à Contratada os valores referentes ao transporte, hospedagem e alimentação do mecânico, conforme Item desse termo de Referência.

5.13.4.9. A Contratada deverá zelar pela integridade da aeronave durante a execução da manutenção sob pena de ser responsabilizada por quaisquer danos ou perdas que a mesma vier a sofrer.

5.13.4.10. Os técnicos necessários, em regime de plantão permanente, executarão todas as atividades inerentes a manutenção de campo, que compreendem, mas não se limitam, aos seguintes serviços:

- a) limpeza externa da aeronave quando necessário (ex: limpeza de acessos por excesso de fluido, parte "espelhada" de atuadores, excesso de engraxamento, etc);
- b) assistência técnica nos acionamentos do(s) motor(es);
- c) acionamento(s) do(s) motor(es) em caso de manutenção/preservação quando for necessário;
- d) assistência técnica nas saídas e chegadas dos voos;
- e) cumprimento das manutenções de nível pista;
- f) correção das discrepâncias encontradas (manutenções corretivas), conforme cláusulas desse Termo de Referência (TR);
- g) download e upload dos dados do sistema de manutenção preditiva instalado nas aeronaves após o último voo do dia;
- h) atualização de banco de dados dos softwares instalados nas aeronaves;
- i) acompanhamento do abastecimento de combustível;
- j) cumprimento de manutenções preventivas conforme cláusulas desse TR;
- k) acompanhamento a bordo das aeronaves durante as missões desempenhadas pela CAOP;
- l) inspeções programadas que puderem ser executadas fora do centro de manutenção da Contratada;
- m) reboque da aeronave;
- n) substituição de itens presentes no OSS (On-Site Stock), como freios, rodas, entre outros referentes ao ANEXO III; e
- o) avaliação das aeronaves.

5.13.4.11. Os integrantes do ATO disponibilizarão ao setor de Operações do CAOP escala de voo para acompanhamento nas missões policiais das aeronaves que deverá conter um mecânico a bordo;

5.13.5. CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO

5.13.5.1. Com base nas informações do Controle Técnico de Manutenção, bem como as informações previstas neste termo de referência, a Contratada enviará à Contratante os workscopes da manutenção programada a ser realizada na aeronave e seus motores, assim como suas respectivas datas limite, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias.

5.13.5.2. A partir da data de início até a data de término da vigência do Contrato, sempre que os Fabricantes ou autoridades aeronáuticas emitirem Diretrizes de aeronavegabilidade e boletins de serviços aplicáveis às Aeronaves ou seus motores, a Contratada enviará à Contratante um sumário explicativo daquelas diretrizes e boletins com informações gerais sobre seus cumprimentos.

5.13.5.3. As publicações de caráter operacional das AERONAVES serão fornecidas pela Contratada, ficando a organização física e manuseio sob a responsabilidade da Contratante.

5.13.5.4. O representante da Contratada designado para o apoio técnico operacional será responsável por coletar as informações de HORAS e CICLOS de VOO, AH e AC nos diários de bordo das Aeronaves e enviá-las eletronicamente para a Contratada para que os serviços de Controle Técnico de Manutenção possam ser prestados;

5.13.5.5. Para a realização do serviço de Controle Técnico, a Contratante disponibilizará à empresa os seguintes dados:

- a) Horas de voo, ciclos de voo e acionamentos dos motores; e
- b) Discrepâncias apresentadas.

5.13.5.6. A Contratante deverá manter atualizados os diários de bordo com as informações de horas e CICLOS de VOO, AH, AC, e panes apresentadas pela AERONAVE. Tais informações devem ser atualizadas toda vez que as AERONAVES completarem um CICLO DE VOO;

5.13.5.7. O serviço de CTM será apresentado ao final de cada manutenção programada e mensalmente, sob a forma de relatórios em meio magnético, enviados à Contratante por meio de e-mails institucionais, contendo, no mínimo, os seguintes dados:

- a) Dados gerais atualizados sobre horas de voo, horas de uso dos motores, pousos e ciclos, além dos vencimentos das principais inspeções, peso e balanceamento, licença de estação, seguros e DENTEL;
- b) Histórico de todas as inspeções realizadas;
- c) Relação de inspeções a serem cumpridas;

- d) Controle de componentes com vida útil controlada/limitada (LLPs);
- e) Controle de aplicabilidade de diretrizes de aeronavegabilidade (DA) e AD EASA e AD FAA (autoridade aeronáutica americana);
- f) Controle de aplicabilidade de boletins de serviço mandatórios e recomendados;
- g) Relatório de vencimento de componentes com vida útil limitada;
- h) Controle, fornecimento e atualização dos conjuntos de manuais de operação da Aeronave;
- i) Relatório de previsão das principais revisões vincendas, tendo como base a média de horas voadas à época da solicitação.

5.13.5.8. A Contratada será responsável por informar a Contratante através de documento específico a previsão de vencimento de qualquer componente controlado, tarefa de manutenção ou serviço com antecedência mínima de: 100 (cem) horas de voo; 100 (cem) ciclos; 30 (trinta) dias, inclusive aquelas que dependam de providência da Contratante junto a autoridade aeronáutica ou outra empresa que preste serviço a Contratante – tal como seguradora ou despachante aeronáutico.

5.13.5.9. Se, por falha de procedimento da Contratada, as tarefas ou serviços não forem realizado conforme previstos, a Contratada deverá assessorar a Contratante para resolver seus efeitos junto à ANAC, bem como realizar ou subcontratar tarefas eventualmente necessárias com este fim, cabendo a Contratada os custos.

5.13.6. SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO (PRESTADOS DIRETAMENTE PELA CONTRATADA), SUBCONTRATADOS E LOCAÇÃO DE COMPONENTES

5.13.6.1. A Contratada poderá prestar os Serviços Eventuais de manutenção ou subcontratá-los, caso não possua capacidade técnica conforme determinação da Autoridade Aeronáutica ou existam no mercado outras empresas habilitadas a execução das tarefas previstas, visando manter a disponibilidade da Frota da CAOP.

5.13.6.2. Os orçamentos de SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO deverão expor em campo apropriado, o quantitativo de HOMEM/HORA (unidade de mensuração adotada no mercado aeronáutico) utilizados na execução manutentiva.

5.13.6.3. Se o serviço for prestado diretamente pela Contratada o Valor do Homem/Hora deverá ser o mesmo praticado nas Manutenções Programadas e nas Manutenções Não-Programadas.

5.13.6.4. No caso de subcontratação dos Serviços Eventuais de Manutenção descritos neste Termo de Referência, os licitantes poderão adicionar taxa administrativa de serviços conforme apresentado na proposta.

5.13.6.5. As taxas administrativas a que se refere o item anterior deverão ser apresentadas separadamente, um para subcontratações nacionais e outro para subcontratações internacionais.

5.13.6.6. A Contratada deverá informar à Contratante sobre a necessidade de execução de um Serviço Eventual de Manutenção, seguindo a seguinte rotina:

- a) caso a Contratada tenha capacidade técnica para executar a manutenção, deverá apresentar cotação com a descrição do serviço e o quantitativo necessário de mão-de-obra (homem/hora - H/H) para a realização;
- b) caso existam no mercado outras empresas habilitadas à execução das tarefas previstas, a Contratada deverá apresentar outros orçamentos viabilizando a comparação de valores;
- c) a contratante, através de fiscal designado, irá autorizar a cotação mediante análise comparativa de valores, considerando a taxa administrativa e definindo a forma de execução (direta ou subcontratada);
- d) a Contratante iniciará a execução dos serviços eventuais após a autorização pelo fiscal respectivo;
- e) o fiscal do contrato irá autorizar o faturamento após o término do serviço e verificação de execução;
- f) no caso de não possuir capacidade técnica a Contratada deverá apresentar pelo menos duas cotações de terceiros, que deverão trazer em campo apropriado o quantitativo de H/H necessário para a execução.
- g) se as cotações de terceiros não apresentarem os quantitativos de H/H, tendo em vista a natureza dos serviços executados, a Contratada deverá motivar, no momento da exposição dos orçamentos, por quais motivos as cotações não obedecem a descrição solicitada (exemplo: Serviços Eventuais subcontratados de banco de dados ou manutenção em aviônicos, cuja cotação, muitas vezes não está associada somente ao emprego de mão de obra).

5.13.7. APOIO OPERACIONAL DE SOLO "HANDLING"

5.13.7.1. A Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal - CAOP entrará em contato, por meio telefônico ou e-mail, com o preposto indicado pela contratada e solicitará a realização dos serviços de Handling, através de abertura de Ordem de Serviço - OS com no mínimo 90 (noventa) minutos de antecedência em relação ao horário de chegada do voo no aeroporto de escala ou destino do voo;

5.13.7.2. Caso o contato seja efetuado por meio telefônico, este deverá ser confirmado posteriormente através de e-mail;

5.13.7.3. Em caso de subcontratação a Contratada deverá encaminhar as orientações necessárias a utilização dos serviços, contendo no mínimo os dados da empresa responsável e telefone de contato;

5.13.7.4. Estes serviços serão prestados de acordo com as atividades descritas no ANEXO VI;

5.13.7.5. A Contratada ou empresa por ela subcontratada deverá, ao final do apoio de solo, coletar em O.S contendo, o serviço e a quantidade executados, a assinatura de um tripulante a fim de atestar a execução;

5.13.7.6. Cópias das ordens de serviços - OS, deverão ser encaminhadas a Contratante no momento da prestação de contas dos serviços.

5.13.8. RESSARCIMENTO COM DESPESAS DE MECÂNICO EM VIAGEM.

5.13.8.1. Serão ressarcidas as despesas decorrentes dos deslocamentos dos técnicos e/ou inspetores da Contratada sempre que estiverem executando os serviços descritos no APOIO TÉCNICO OPERACIONAL (ordinários) ou SERVIÇO EVENTUAL DE MANUTENÇÃO (extraordinários) fora da Sede (Brasília/DF).

5.13.8.2. Também estarão inclusos no ressarcimento as despesas decorrentes dos deslocamentos extraordinários de técnicos da Contratada que venham a realizar serviços na sede da Contratante em Brasília DF, tendo em vista a peculiaridade dos serviços executados, conforme esse Termo de Referência.

5.13.8.3. Caso haja necessidade de envio de funcionário da Contratada, para o atendimento das Aeronaves, deverão ser priorizados aproveitamentos em voos das aeronaves da Contratante.

5.13.8.4. Caso não seja possível o aproveitamento, os valores referentes ao transporte do mecânico terão como base as tarifas em classe econômica (maior desconto) da aviação comercial vigentes na data da solicitação.

5.13.8.5. A Contratada deverá apresentar três orçamentos, emitidos por Empresas Aéreas, decorrentes dos deslocamentos extraordinários dos técnicos, os quais deverão passar pela aprovação do fiscal do contrato.

5.13.8.6. No caso de acionamento, havendo a necessidade de deslocamento terrestre em ônibus interestadual ou intermunicipal; aluguel de carro, tendo em vista o prazo de atendimento ou localidades de difícil acesso e sem apoio das delegacias descentralizadas, as despesas referentes ao deslocamento será de responsabilidade da Contratante, devendo ser faturado neste item;

5.13.8.7. O tempo estimado de deslocamento dos técnicos, no caso de transporte realizado por empresas aéreas comerciais, contando-o desde a solicitação formal (e-mail por exemplo), será de:

- a) 24 horas no caso de AOG nas localidades de capitais dos Estados;
- b) 24 horas no caso de AOG nas seguintes localidades: Campinas, e outros aeroportos definidos no momento da reunião inicial de fiscalização; e
- c) 36 horas no caso de AOG nas demais localidades.

Materiais a Serem Disponibilizados

5.14. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- 5.14.1. Por meio dos materiais listados nos Manuais de Manutenção apresentados no ANEXO I. A Contratada deverá prover os materiais consumíveis e descartáveis que serão aplicados nas Manutenções Programadas durante o período de execução contratual.
- 5.14.2. Por meio dos materiais apresentados no ANEXO II, a Contratada deverá prever a substituição de componentes inservíveis retirados das Aeronaves, por componentes servíveis do estoque de peças de reposição da Contratada.
- 5.14.3. Por meio dos materiais apresentados no ANEXO III a Contratada deverá manter na sede das Aeronaves, CAOP, um estoque mínimo de componentes críticos, OSS (On-Site Stock), de acordo com as quantidades descritas e conforme esse TR.
 - 5.14.3.1. O quantitativo mínimo de peças e materiais apresentadas no ANEXO III será adquirido no início do contrato através do Item FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS, devendo ser administrados pela Contratada com relação a vencimentos, quantidade mínima em estoque, reparo, etc.
- 5.14.4. Por meio dos materiais apresentados no ANEXO IV a Contratada deverá disponibilizar, de forma permanente, as ferramentas necessárias para atuação do Apoio Técnico Operacional (ATO) na Base da Contratada.
- 5.14.5. Por meio dos Materiais e equipamentos que serão adquiridos conforme Item FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS.
 - 5.14.5.1. A Contratada deverá prover os materiais consumíveis e descartáveis para atendimento de Manutenções Não Programadas e Serviços Eventuais de Manutenção por meio do Item 11 (Fornecimento de materiais aeronáuticos).
- 5.14.6. A Contratada será responsável pela procedência, qualidade, rastreabilidade e garantia dos equipamentos e materiais fornecidos.
 - 5.14.6.1. A Contratante poderá, em qualquer época, requisitar os comprovantes de origem das peças, materiais e equipamentos para arquivo de rastreamento.
 - 5.14.6.2. No ato da entrega, os componentes aeronáuticos, de origem nacional ou estrangeira, deverão estar acompanhados das respectivas documentações comprobatórias de conformidade e rastreabilidade (formulário SEGVOO, FAA FORM, EASA FORM etc.).
 - 5.14.6.3. Todos os Componentes deverão ser devidamente embalados de acordo com as normas ATA 300.
 - 5.14.6.4. A Contratada é responsável pelo material que compõe as embalagens dos materiais aeronáuticos por ela fornecidos, devendo notificar a CONTRATANTE sempre que forem empregadas substâncias que requerem procedimentos especiais de manuseio ou descarte.
- 5.14.7. Os materiais aeronáuticos fornecidos pela Contratada deverão ser entregues:
 - 5.14.7.1. Na Coordenação do Comando de Aviação da Polícia Federal, localizada no Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares da Aviação Geral – Hangar 13/14. CEP: 71608-900 - Brasília-DF;
 - 5.14.7.2. No Centro de Serviço da Contratada, quando as Aeronaves estiverem efetuando manutenções programadas que demandem a presença dos aviões; e
 - 5.14.7.3. Em caso de AOG em que serão entregues em unidade da Polícia Federal mais próxima da localidade em que este evento ocorra ou no aeródromo em que ocorra o fato. Para tanto, haverá acordo prévio entre Contratada e Contratante.
- 5.14.8. Para os fins deste Termo de Referência, os preços dos materiais a serem adquiridos da Contratada, diretamente ou por subcontratação, necessários a qualquer serviço de manutenção na Aeronave, deverão estar de acordo com o “price list” dos Fabricantes, o que deverá ser comprovado pela Contratada.
- 5.14.9. Todos os componentes aeronáuticos, fornecidos pela Contratada e necessários à disponibilização, na condição de aeronavegável, da aeronave deverão ser originais ou recomendados pelos Fabricantes.
- 5.14.10. Para faturamento dos materiais aeronáuticos, caso estes sejam de origem estrangeira, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão do orçamento pela Contratada, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.
 - 5.14.10.1. Se transcorrerem mais de 30 (trinta) dias entre a data de aprovação do orçamento e a data do faturamento, sem que a Contratada tenha dado causa a esse atraso, e nesse período houver uma excessiva desvalorização ou valorização da moeda estrangeira frente à moeda nacional, a taxa de câmbio constante do orçamento poderá sofrer revisão de modo a não prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 5.14.11. A Contratada deverá oferecer à Contratante no momento da compra de materiais novos, a possibilidade de adquirir a peça por meio de EXCHANGE (prática comum de compra de equipamento, cujo o ato está condicionado a entrega da peça inservível).
 - 5.14.11.1. Se após a compra por meio de Exchange for cobrado ADICIONAL BILLING (custo adicional cobrado sobre o valor básico do Exchange para compensar o fornecedor nos casos em que o gasto para recuperação ou substituição do componente sem condição de uso for excessivamente oneroso ou antieconômico) esse adicional será tratado como Serviço Eventual de Manutenção, conforme aos cláusulas pertinentes desse TR.
 - 5.14.11.2. Para o faturamento do Adicional Billing, a Contratada deverá apresentar laudo técnico do fornecedor indicando os defeitos existentes na peça para que se faça entender o porquê da cobrança adicional. A Contratada deverá apresentar nota fiscal de terceiros e comprovante de pagamento se o Adicional Billing for solicitado por fornecedor externo.
- 5.14.12. Caso o material a ser adquirido não faça parte do Pricelist dos fabricantes e/ou houver no mercado outros fornecedores que comercializem o material (componente), a Contratada deverá apresentar outros orçamentos e mapa comparativo de preço com “lead time”, cabendo a contratante a escolha do equipamento que melhor lhe couber.
- 5.14.13. Caso a Contratante identifique no mercado componentes de mesmo PN, em valor inferior aos orçamentos apresentados caberá a Contratada tomar as providências necessárias de forma tempestiva para a aquisição do item.
- 5.14.14. O SMAN/CAOP não aceitará orçamentos em que forem verificados, mediante pesquisa de preços, valores incompatíveis com o praticado pelo mercado.
- 5.14.15. As notas fiscais, referentes a materiais adquiridos da Contratada pela Contratante, deverão vir acompanhadas de cópia do “price list” e de cópia do orçamento aprovado pela CAOP, e nelas (notas fiscais) deverão constar o número do orçamento aprovado, número do contrato e o prefixo da aeronave.
- 5.14.16. O SMAN/CAOP possui equipamentos de apoio ao solo (E.A.S), como por exemplo: escadas de manutenção e fontes de força auxiliares de partida (GPU, APU, etc). A CONTRATADA está autorizada a utilizar esses E.A.S, sem prejuízo de a qualquer momento ser obrigada a disponibilizar qualquer equipamento que venha a ser utilizado nas práticas manutentivas das aeronaves.
- 5.14.17. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do contrato será comunicado pela Contratante ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

Informações Relevantes para o dimensionamento da proposta

5.15. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.15.1. MANUTENÇÕES PROGRAMADAS

- 5.15.1.1. O Item 1 da Tabela do Objeto a ser contratado, MANUTENÇÕES PROGRAMADAS, será remunerado pelo modelo HOMEM/HORA (H/H).
- 5.15.1.2. Conforme Estudo Técnico Preliminar (ETP), As Aeronaves, objeto dessa Contratação, possuem uma faixa de utilização anual de aproximadamente 800 (oitocentas) horas de voo/Frota, 400 (quatrocentas) horas para cada Matrícula (PS-CAV e PS-DPF).
- 5.15.1.3. Após consulta técnica com a Fabricante e Tendo por base essa utilização, foi sugerida à PF, durante o período de Suporte de transição, que as Manutenções Programadas fossem estabelecidas conforme um perfil de baixa utilização, tendo em vista o porte do equipamento e sua capacidade operativa superior à demandada pela CAOP.
- 5.15.1.4. Sendo assim, a Fabricante apresentou o Bloco de Manutenções Programadas que deverão ser seguidas durante a vigência do Contrato e sua possibilidade de renovação, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.15.1.5. Baseado em análises de plano de manutenção e em dados de campo sobre manutenção não programada (finds nas manutenções programadas), a CAOP entendeu que deverá haver uma estimativa de emprego de homem-hora de técnicos conforme tabela abaixo:

H/H ESTIMADO - SN 17000341 (PS-DPF)			
ANO	BLOCO DE MANUTENÇÃO	H/H MANUTENÇÃO PROGRAMADA	H/H MANUTENÇÕES NÃO PROGRAMADAS
2024	144 MESES	2205	1119
2025	156 MESES	368	243
2026	168 MESES	1611	738
2027	180 MESES	1317	621
2028	192 MESES	1246	591
2029	204 MESES	2205	1119
2030	216 MESES	2205	1119
2031	228 MESES	2205	1119
2032	240 MESES	2205	1119
2033	252 MESES	2205	1119

Tabela 3

H/H ESTIMADO - SN 17000336 (PS-CAV)			
ANO	BLOCO DE MANUTENÇÃO	H/H MANUTENÇÃO PROGRAMADA	H/H MANUTENÇÕES NÃO PROGRAMADAS
2024	144 MESES	2230	1141
2025	156 MESES	384	261
2026	168 MESES	1431	661
2027	180 MESES	865	462
2028	192 MESES	1282	781
2029	204 MESES	2230	1141
2030	216 MESES	2230	1141
2031	228 MESES	2230	1141
2032	240 MESES	2230	1141
2033	252 MESES	2230	1141

Tabela 4

5.15.1.6. Apresentação da Proposta: Para a remuneração dos serviços do Item 1 da tabela 1 (Objeto da Contratação), o Licitante deverá apresentar, para a composição da proposta, os preços por HOMEM/HORA (H/H), correspondente ao custo unitário do técnico em manutenção aeronáutica (custo do H/H trabalhado), exemplo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MANUTENÇÕES PROGRAMADAS	HOMEM/HORA	4.435	preenchido pela licitante	preenchido pela licitante

Tabela 5

5.15.2. CONSUMÍVEIS E DESCARTÁVEIS MANUTENÇÕES PROGRAMADAS

5.15.2.1. Os materiais consumíveis e descartáveis previstos nas Manutenções Programadas (Item 1 da tabela do Objeto da Contratação) serão disponibilizados pela Contratada e deverão estar previstos na precificação do Item 2 da mesma tabela deste Termo de Referência, não havendo cobrança a parte.

5.15.2.2. A licitante deverá analisar os Manuais de Manutenção (referências dos Manuais estão listados no ANEXO I desse TR), observando os PNs (identificação de cada peça separadamente ou kit de peças) que deverão ser aplicadas em cada Bloco de Manutenção (144 MESES, 156 MESES) presente na tabela de Blocos de Manutenções acima.

5.15.2.3. A Licitante deverá dispor, separadamente, na Proposta Comercial, planilha com a precificação dos Consumíveis e Descartáveis por Bloco de Manutenção conforme o exemplo abaixo:

CONSUMÍVEIS E DESCARTÁVEIS EMPREGADOS NOS BLOCOS DE MANUTENÇÕES PROGRAMADAS DAS AERONAVES DA FROTA DA CAOP (PS-CAV e PS-DPF)		
ANO	BLOCO DE MANUTENÇÃO	PRECIFICAÇÃO DOS CONSUMÍVEIS E DESCARTÁVEIS
2024	144 MESES	a ser preenchido na proposta
2025	156 MESES	...
2026	168 MESES	...
2027	180 MESES	...
2028	192 MESES	...
...
2033	252 MESES	a ser preenchido na proposta

Tabela 6

5.15.2.4. Apresentação da Proposta: Para a remuneração dos Consumíveis e Descartáveis do Item 2, da tabela 1 (Objeto da Contratação), o Licitante deverá apresentar, para a composição da proposta, o preço do Bloco de Manutenção mais elevado no período (de 2024 a 2033), conforme exemplo abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	CONSUMÍVEIS E DESCARTÁVEIS MANUTENÇÕES PROGRAMADAS	EVENTO	1.000.000	Preenchido pela Licitante	Preenchido pela Licitante

Tabela 7

5.15.3. MANUTENÇÕES NÃO PROGRAMADAS

5.15.3.1. Apresentação da Proposta: Para a remuneração dos serviços do Item 3, da tabela 1 (Objeto da Contratação), o Licitante deverá apresentar, para a composição da proposta, os preços por HOMEM/HORA (H/H), correspondente ao custo unitário do técnico em manutenção aeronáutica (custo do H/H trabalhado), exemplo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	MANUTENÇÕES NÃO PROGRAMADAS	HOMEM/HORA	2.260	Preenchido pela Licitante	Preenchido pela Licitante

Tabela 8

5.15.4. ADMINISTRAÇÃO, REPARO E SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES

5.15.4.1. Apresentação da Proposta: Para a remuneração dos serviços do Item 4, da tabela 1 (Objeto da Contratação), o Licitante deverá apresentar, para a composição da proposta, os preços por hora de voo, correspondentes a faixa de utilização anual para 800 horas de voo, 330 ciclos, considerada a soma de ambas as aeronaves, conforme o modelo reproduzido na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR SIMBÓLICO UNITÁRIO	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
4	ADMINISTRAÇÃO, REPARO E SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES	HORA DE VOO	800	Preenchido pela Licitante	Preenchido pela Licitante

Tabela 9

5.15.4.2. Para atendimento a este item será facultado a licitante:

- Administração de componentes de propriedade da licitante
- Subcontratação de empresa especializada no fornecimento de administração de componentes aeronáuticos
- Composição mista entre componentes próprios e administração de terceiros

5.15.4.3. Será considerado para efeito de apuração do quantitativo de horas de voo mensal das duas aeronaves o período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês de faturamento.

5.15.4.4. Em conformidade com as práticas do mercado aeronáutico, que tem por finalidade garantir o equilíbrio financeiro e a permanência no programa dos associados, entre o 1º e o 11º mês de execução do contrato, será considerado o valor mínimo de 50 horas de voo mensal para efeito de faturamento.

5.15.4.5. Não será admitido sob nenhuma hipótese, saldo positivo de horas de voo faturadas para este item ao final de 12 meses, devendo o ajuste ser realizado até o faturamento do décimo segundo mês.

5.15.5. ADMINISTRAÇÃO, REPARO E SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES (despesa de associação ao POOL de peças).

5.15.5.1. Será necessário um investimento inicial de adequação do estoque da Contratada, para que possa abranger as duas Aeronaves, para formação completa do estoque de atendimento da lista solicitada pela Contratante, conforme ANEXO II (POOL de peças).

5.15.5.2. Sendo assim foi necessária a criação de um Item para que a PF entrasse nesse programa de Administração, Reparo e Substituição de Componentes conforme explicação fornecida no Estudo preliminar da Contratação (ETP).

5.15.5.3. Para atendimento a este item será facultado a licitante:

- Administração de componentes de propriedade da licitante
- Subcontratação de empresa especializada no fornecimento de administração de componentes aeronáuticos
- Composição mista entre componentes próprios e administração de terceiros

5.15.5.4. Apresentação da Proposta: Para a remuneração dos serviços do Item 5, da tabela 1 (Objeto da Contratação), o Licitante deverá apresentar, para a composição da proposta, o custo fixo mensal para que a Contratante entre no Programa de POOL de peças, conforme o modelo reproduzido na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR SIMBÓLICO UNITÁRIO	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
5	ADMINISTRAÇÃO, REPARO E SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES (DESPESA DE ASSOCIAÇÃO)	MÊS	12	Preenchido pela Licitante	Preenchido pela Licitante

Tabela 10

5.15.6. APOIO TÉCNICO OPERACIONAL (ATO)

5.15.6.1. Haverá pagamento proporcional aos dias de atividade do Apoio Técnico Operacional no caso de duas Aeronaves, PS-CAV e PS-DPE entrarem em manutenção programada, por atraso exclusivo da Contratada na entrega de serviços, no Centro de serviços autorizado da Contratada, tendo em vista que não será necessário permanência dos integrantes do ATO na Base da CAOP em Brasília.

5.15.6.2. Abaixo, seguem alguns exemplos de casos fortuitos e força maior:

- Condições meteorológicas extremas:** Fenômenos climáticos, como tempestades, tornados, furacões, nevascas, podem interferir nas atividades de manutenção, especialmente se estas precisarem ser realizadas ao ar livre;
- Desastres naturais:** Terremotos, inundações, incêndios florestais, entre outros, podem causar danos a instalações de manutenção e interromper as operações;
- Problemas de transporte:** Greves no setor de transporte, bloqueios de estradas, acidentes de transporte, ou outros eventos que impeçam a entrega de peças de reposição ou equipamentos essenciais;
- Interrupções no fornecimento de peças:** Dificuldades na cadeia de suprimentos, atrasos na produção de componentes, ou problemas na entrega de peças específicas podem causar atrasos na manutenção;
- Eventos geopolíticos:** Instabilidade política, conflitos armados, sanções internacionais, entre outros fatores geopolíticos podem impactar a logística e a segurança nas operações de manutenção; e
- Pandemias e crises de saúde:** Como observado recentemente com a pandemia de COVID-19, eventos de saúde pública podem resultar em restrições de movimento, fechamento de instalações e impactos na força de trabalho, todos afetando a programação de manutenção.
- Falhas imprevistas durante a manutenção:** Descobertas inesperadas de problemas ou a necessidade de reparos adicionais durante a manutenção planejada podem prolongar o tempo necessário para a conclusão do trabalho.

5.15.6.3. Apresentação da Proposta: Para a remuneração dos serviços do Item 6, da tabela 1 (Objeto da Contratação), o Licitante deverá apresentar, para a composição da proposta, o custo fixo mensal para o Apoio Técnico Operacional (ATO), conforme o modelo reproduzido na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR SIMBÓLICO UNITÁRIO	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
6	APOIO TÉCNICO OPERACIONAL	MÊS	12	Preenchido pela Licitante	Preenchido pela Licitante

Tabela 11

5.15.7. CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO (CTM).

5.15.7.1. Apresentação da Proposta: Para a remuneração dos serviços do Item 7, da tabela 1 (Objeto da Contratação), o Licitante deverá apresentar, para a composição da proposta, o custo fixo mensal para o Controle Técnico de Manutenção (CTM), conforme o modelo reproduzido na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR SIMBÓLICO UNITÁRIO	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
7	CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO	MÊS	12	Preenchido pela Licitante	preenchido pela Licitante

Tabela 12

5.15.8. SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO (PRESTADOS DIRETAMENTE PELA CONTRATADA), SUBCONTRATADOS E LOCAÇÃO DE COMPONENTES

5.15.8.1. Conforme Estudo Técnico preliminar da Contratação (ETP), tendo em vista Suporte Logístico de Transição, Contratações análogas, como por exemplo, aeronaves ERJ 145 da Frota dessa Coordenação e histórico de Serviços subcontratados da fabricante, o montante disponibilizado pela Administração para suportar os Serviços Eventuais de Manutenção é de: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

5.15.8.2. O ITEM 10 NÃO SERÁ OBJETO DE LANCE. Devendo permanecer na célula "VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA o montante de R\$ 2.000.000,00.

5.15.8.3. No caso de subcontratação dos Serviços Eventuais de Manutenção descritos neste Termo de Referência, os licitantes poderão adicionar TAXA ADMINISTRATIVA de serviços conforme apresentado na proposta; e

5.15.8.4. As TAXAS ADMINISTRATIVAS a que se refere o item anterior deverão ser apresentadas separadamente, uma para subcontratações nacionais e outra para subcontratações internacionais.

5.15.8.5. As taxas administrativas a que se refere o item anterior deverão ser apresentadas separadamente, uma para aquisições no mercado nacional e outra para aquisições no mercado internacional;

a) A taxa administrativa para o Fornecimento de Componentes Importados deverá contemplar:

1. Tributos (que suportam a compra de componentes);
2. fretes;
3. custos de armazenagem;
4. outros custos logísticos; e
5. lucro.

b) A taxa administrativa para o Fornecimento de Componentes Nacionais deverá contemplar:

1. Tributos (que suportam a compra dos componentes);
2. fretes;
3. custos de armazenagem;
4. outros custos logísticos; e
5. lucro.

5.15.8.6. Apresentação da Proposta: Para a remuneração dos serviços do Item 8, da tabela 1 (Objeto da Contratação), o Licitante deverá apresentar, para a composição da proposta, as taxas administrativas referentes aos serviços eventuais subcontratados, que deverão constar nos Itens 9 e 10, cujo preenchimento deverá atender a seguinte lógica (**como exemplo**, 25% e 30%).

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR SIMBÓLICO UNITÁRIO (R\$)	PERCENTUAL CORRESPONDENTE	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA (R\$)
8	SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO (PRESTADOS DIRETAMENTE PELA CONTRATADA), SUBCONTRATADOS E LOCAÇÃO DE COMPONENTES	EVENTO	3.226.600	1,00	-	3.226.600,00
9	TAXA ADMINISTRATIVA PARA SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS E LOCAÇÃO DE COMPONENTES NACIONAIS (REFERENTE AO ITEM 10)	EVENTO	1,00	Preenchido pela Licitante (exemplo: 25,00)	-	Preenchido pela Licitante (500.000,00 que equivale a 25% de 2.000.000,00)
10	TAXA ADMINISTRATIVA PARA SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS E LOCAÇÃO DE COMPONENTES NO EXTERIOR (REFERENTE AO ITEM 10)	EVENTO	1,00	Preenchido pela Licitante (exemplo: 30,00)	-	Preenchido pela Licitante (600.000,00 que equivale a 30% de 2.000.000,00)

Tabela 13

5.15.9. FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS

5.15.9.1. O valor dos materiais aeronáuticos terá como referência as listas de preços (price list) dos respectivos Fabricantes disponíveis para consulta em endereço eletrônico. Poderá esse valor ser reduzido a partir de descontos oferecidos sobre os preços do FABRICANTE ou acrescido do percentual de taxa administrativa estabelecido pela Contratada no momento da proposta, conforme já discriminado no objeto;

5.15.9.2. Caso a licitante ofereça valor menor que R\$ 4.000.000,00 (valor reservado para a despesa) no Item 11 (tabela do Objeto), subentende-se que a licitante está abrindo mão de quaisquer taxas administrativas para a plenitude do fornecimento dos materiais aeronáuticos e ofertando desconto no valor do preço (price list), proporcional à diferença do lance em relação ao valor fixado pela administração. Por exemplo: caso a licitante ofereça o lance de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) para o subitem 11, subentende-se que abriu mão da TAXA ADMINISTRATIVA e sobre o valor do price list será descontado o valor de 10% em relação ao material adquirido;

5.15.9.3. Para pricelist próprios da contratada não haverá incidência de taxa administrativa, considerando que o valor disponibilizado já contém em sua composição as despesas discriminadas nas taxas administrativas.

5.15.9.4. As taxas administrativas a que se refere o item anterior deverão ser apresentadas separadamente, uma para aquisições no mercado nacional e outra para aquisições no mercado internacional;

a) A taxa administrativa para o Fornecimento de Componentes Importados deverá contemplar:

1. Tributos (que suportam a compra de componentes);
2. fretes;
3. custos de armazenagem;
4. outros custos logísticos; e
5. lucro.

b) A taxa administrativa para o Fornecimento de Componentes Nacionais deverá contemplar:

1. Tributos (que suportam a compra dos componentes);
2. fretes;
3. custos de armazenagem;
4. outros custos logísticos; e
5. lucro.

5.15.9.5. Apresentação da Proposta: Para a remuneração do Fornecimento de Componentes do Item 11, da tabela 1 (Objeto da Contratação), o Licitante deverá apresentar, para a composição da proposta, as taxas administrativas referentes aos componentes adquiridos, que deverão constar nos Itens 14 e 15, cujo preenchimento deverá atender a seguinte lógica (como exemplo, 25% e 30%).

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR SIMBÓLICO UNITÁRIO (R\$)	PERCENTUAL CORRESPONDENTE	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA (R\$)
11	FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS	EVENTO	4.000.000	1,00	-	4.000.000,00
12	TAXA ADMINISTRATIVA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS NACIONAIS (REFERENTE AO ITEM 13)	EVENTO	1,00	Preenchido pela Licitante 25,00	-	Preenchido pela Licitante (1.000.000,00. = 25% de 4.000.000,00)
13	TAXA ADMINISTRATIVA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS IMPORTADOS (REFERENTE AO ITEM 13)	EVENTO	1,00	Preenchido pela Licitante (exemplo: 30,00)	-	Preenchido pela Licitante (1.200.000,00 = 30% de 4.000.000,00)

Tabela 14

5.15.10. APOIO OPERACIONAL DE SOLO "HANDLING".

5.15.10.1. Conforme Estudo Técnico preliminar da Contratação (ETP), tendo em vista Suporte Logístico de Transição, o montante disponibilizado pela Administração para suportar o Apoio Operacional de Solo "Handling" é de: R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

5.15.10.2. O ITEM 16 NÃO SERÁ OBJETO DE LANCE. Devendo permanecer na célula "VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA" o montante de R\$ 400.000,00.

5.15.10.3. Os Serviços poderão ser subcontratados caso a vencedora do certame não possua capacidade técnica para a execução. Nesse caso poderá haver cobrança de taxa administrativa para a perfeita execução do Contrato e de acordo com esse TR.

5.15.10.4. Apresentação da Proposta: Para a remuneração do Apoio Operacional de Solo "Handling" do Item 14, da tabela 1 (Objeto da Contratação), o Licitante deverá apresentar, para a composição da proposta, a taxa administrativa referente ao serviço subcontratado que deverá constar no Item 15, cujo preenchimento deverá atender a seguinte lógica (como exemplo, 10%).

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR SIMBÓLICO UNITÁRIO	PERCENTUAL CORRESPONDENTE	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
14	APOIO OPERACIONAL DE SOLO "HANDLING"	EVENTO	400.000	1,00	-	400.000,00
15	TAXA ADMINISTRATIVA PARA APOIO OPERACIONAL DE SOLO "HANDLING"(REFERENTE AO ITEM 16)	EVENTO	1,00	Preenchido pela Licitante (exemplo: 10,00)	-	Preenchido pela Licitante (exemplo: 40.000,00 = 10% de 400.000,00)

Tabela 15

5.15.11. RESSARCIMENTO COM DESPESAS DE MECÂNICO EM VIAGEM

5.15.11.1. O ITEM 16 NÃO SERÁ OBJETO DE LANCE. Devendo permanecer na célula "VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA", o montante de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)

Especificação da Garantia do Serviço

5.16. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do Contrato

5.17. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo

correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto conforme normas desse Termo de Referência.
- 6.7.1. O preposto mencionado refere-se aos representantes do Apoio Técnico Operacional (ATO).
- 6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).
- 6.9.1. O fiscal do contrato cumprirá e fará cumprir as vedações constantes no art. 48 da Lei 14.133/2021 na sua integralidade.

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));
- 6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

- 6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 6.17. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

- 6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).
- 6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme o disposto nesse item.
- 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,
- 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 7.3.1. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.
- 7.3.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto na Lei nº 14.133 de 2021.
- 7.3.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

- 7.3.4. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 7.3.5. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 7.3.6. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 7.3.7. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 7.3.8. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 7.3.9. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 7.3.10. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 7.3.11. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 7.3.11.1. A mensuração de IMR é um critério claro e objetivo estabelecido pela Contratante para aferir a qualidade dos serviços contratados. Além de cumprir as metas estabelecidas, a Contratada deverá atender também aos demais critérios e condições estabelecidas neste Termo de Referência para a aceitação dos serviços prestados. A execução dos serviços será assistida pela equipe de fiscalização do contrato com a finalidade de verificar e orientar em detalhes os procedimentos adotados.
- 7.3.11.2. Os IMRs serão medidos, avaliados e calculados mensalmente e separadamente para cada item ou subitem conforme tabelas previstas neste Termo de Referência, tendo como referência os serviços e peças consumidos naquele mês, considerando às 24 horas diárias e o total de dias em cada mês avaliado;
- 7.3.11.3. A abrangência dos indicadores de desempenho e a sua forma de cálculo estão definidos pelo Contratante neste termo de Referência;
- 7.3.11.4. Caso a soma total das penalidades aplicadas em função do não atendimento dos IMRs ultrapasse 30% (trinta por cento) do faturamento mensal máximo, será considerado para efeito de desconto no valor mensal previsto para o pagamento o percentual de 30% (trinta por cento); e
- 7.3.11.5. Havendo descumprimento do IMR em que fique caracterizado evento alheio ao controle da Contratante poderão ser realizados ajustes na mensuração do IMR pela equipe de fiscalização.
- 7.3.12. Tendo em vista que a Contratação supera R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), o fiscal deverá observar o seguinte:
- 7.3.12.1. Caberá à equipe de fiscalização do contrato acompanhar o cumprimento do prazo para apresentação dos documentos comprobatórios quanto à obrigação prevista neste Termo de Referência.
- 7.3.12.2. Após análise da conformidade das informações, a equipe de fiscalização do contrato deverá dar ciência à unidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública responsável pelo Programa de Integridade e à empresa contratada.
- 7.3.12.3. Em caso de descumprimento da obrigação de apresentar o Programa de Integridade dentro dos prazos estabelecidos, a equipe de fiscalização deverá tomar as providências cabíveis para a aplicação de penalidade à empresa contratada.
- 7.3.12.4. Após a implementação ou adequação do Programa de Integridade pela contratada, a equipe de fiscalização deverá realizar acompanhamento da execução do programa, por meio do relatório encaminhado pela empresa contratada, semestralmente.
- 7.3.12.5. Em caso de descumprimento do envio do relatório semestral, a equipe de fiscalização deverá notificar a empresa contratada e proceder com o registro do ocorrido.
- 7.3.13. IMR - MANUTENÇÃO PROGRAMADA e NÃO PROGRAMADAS (FINDS DURANTE A INSPEÇÃO):
- 7.3.13.1. As Manutenções programadas deverão ser realizadas em Centro de Serviços e datas pré-acordadas entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE com antecedência suficiente para o necessário planejamento de ambas as partes;
- 7.3.13.2. Os períodos previstos para as manutenções programadas deverão ser estabelecidos na Reunião Inicial de Contratação e, caso seja necessário, as alterações deverão ser realizadas preferencialmente nas reuniões periódicas entre a Contratada e a Contratante;
- 7.3.13.3. A alteração da data da manutenção programada realizada fora do previsto no item anterior e sem a anuência da contratada será considerada intempestiva;
- 7.3.13.4. Caso a manutenção programada seja realizada fora das datas agendadas, o prazo de parada da aeronave será computado como indisponibilidade no item de Apoio Técnico Operacional;
- 7.3.13.5. Caso a aeronave não seja entregue na condição de aeronavegável em até 15 dias úteis após a data prevista para retorno em virtude de manutenção programada, o atraso passará a ser computado como indisponibilidade do item de Apoio Técnico Operacional, desde que tal atraso ocorra por motivos gerenciáveis pela contratada. Caso ocorram por motivos de força maior ou caso fortuito a contratada não será responsabilizada.
- a) A tabela a seguir representa a quantidade máxima de dias corridos que a CONTRATADA terá para a execução de cada inspeção programada. Leva em consideração uma manutenção baseada em **baixa utilização das aeronaves (que será adotado pela CAOP)**:

ANO	INSPEÇÕES PROGRAMADAS	H/H Inspeções	QUANTIDADE MÁXIMO DE DIAS EM INSPEÇÃO
2024	144 MO	4435	a ser estabelecida em reunião inicial de fiscalização
2025	156 MO	611	a ser estabelecida em reunião inicial de fiscalização
2026	168 MO	3042	a ser estabelecida em reunião inicial de fiscalização
2027	180 MO	2182	a ser estabelecida em reunião inicial de fiscalização
2028	192 MO	2528	a ser estabelecida em reunião inicial de fiscalização
2029	204 MO	4435	a ser estabelecida em reunião inicial de fiscalização

2030	216 MO	4435	a ser estabelecida em reunião inicial de fiscalização
2031	228 MO	4435	a ser estabelecida em reunião inicial de fiscalização
2032	240 MO	4435	a ser estabelecida em reunião inicial de fiscalização
2033	252 MO	4435	a ser estabelecida em reunião inicial de fiscalização

Tabela 16

7.3.13.6. Reunião Inicial de Fiscalização:

- a) No momento da Reunião deverá ser acordado entre as partes a jornada de trabalho dos técnicos, o número de técnicos empregados durante a inspeção e/ou índice de multiplicação conforme o nível da inspeção para que seja estabelecida a quantidade máxima de dias que as aeronaves permanecerão em inspeção.
- b) Qualquer mudança na fórmula empregada que altere a quantidade máxima de dias da tabela acima exigirá que as partes elaborem nova tabela de Inspeções Programadas para que seja usada como parâmetro para o Índice de Medição de Resultado (IMR).

7.3.13.7. Se durante o período de Manutenção Programada ocorrerem Manutenções Não-Programadas que demande pesquisa de pane complexa, casos fortuitos ou força maior, as partes poderão acordar nova data de entrega que deverá ser seguida sem prejuízo de uso dos critérios de medição relacionados abaixo.

7.3.13.8. Tabela: IMR para Manutenções Programadas e Não Programadas durante as inspeções:

IMR para Manutenção Programada e Não Programadas	Critério de Medição	% de Glosa sobre valor do item por aeronave
1. Alteração intempestiva de data para manutenção programada	Por evento	1% + glosa por indisponibilidade
2. Deixar vencer CVA ou RCA	Por evento	10% + glosa por indisponibilidade
Cumprimento de prazo de parada até a data acordada (DA)	Até a data acordada	Aceito
	$1d < DA \leq 5d$ úteis	2% até 5 dias de atraso
	$5d \text{ úteis} < DA \leq 15d \text{ úteis}$	1% por dia até o limite de 10%
4. Atraso na entrega após manutenção. Superior a 15 dias úteis	$15d \text{ úteis} < DA$	12% + glosa por indisponibilidade

Tabela 17

- a) O valor total da glosa aplicada no mês de apuração será a soma de todos os descontos constantes na tabela de IMRs para esse item.
- b) O percentual de glosa incidirá sobre o valor anual previsto para o item para a aeronave objeto de apuração.

7.3.14. IMR para ADMINISTRAÇÃO, REPARO E SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES

7.3.14.1. A forma de prestação de serviço de Administração de Reparo e garantia de Componentes deverá observar o disposto neste Termo de Referência.

7.3.14.2. O custo do máximo para reparo do componente não poderá superar 65% do preço do componente no price list informado pela Contratada.

7.3.14.3. Caso o custo de reparo supere o limite estabelecido no item anterior a Contratada deverá emitir laudo técnico detalhado emitido por empresa homologada para reparo do componente.

7.3.14.4. Tabela de IMR para Administração de Reparo e garantia de Componentes:

IMR para Administração de Reparo e garantia de Componentes	Critério de Medição	% de Glosa sobre o valor anual geral dos subitens (consideradas 800FH/ano)
1. Deixar iniciar processo de compra em até 15 dias após a ocorrência de BER	Por Evento	2% por ocorrência
2. Deixar de encaminhar laudo técnico de ocorrência de BER em até 30 dias úteis após a ocorrência	Por Evento	0,2% por ocorrência
3. Não disponibilizar o componente em substituição previsto neste Termo de Referência dando causa a indisponibilidade	Por ocorrência	10% por ocorrência + glosa por indisponibilidade

Tabela 18

Observação: O valor total do desconto aplicado no mês de apuração será a soma de todos os descontos constantes na tabela de IMRs para esse item.

7.3.15. IMR - APOIO TÉCNICO OPERACIONAL:

7.3.15.1. A qualidade dos serviços prestados pela Contratada no item Apoio Técnico Operacional (ATO) será aferida a partir do tempo de disponibilidade para voo, calculada para os últimos 3 meses anteriores ao período de faturamento e individualmente para cada aeronave. Excepcionalmente, nos dois primeiros e dois últimos meses de vigência de contrato será realizada análise mensal.

7.3.15.2. O índice de indisponibilidade será atualizado semanalmente pelos técnicos responsáveis pelo ATO e a informação repassada ao preposto da Contratada somente para efeitos informativos possibilitando a atuação proativa na adoção de medidas necessárias a garantia dos mínimos previstos pelos IMRs deste Termo de Referência.

7.3.15.3. A glosa a ser aplicada em caso de descumprimento do IMR estabelecido será sobre o valor total mensal do subitem apresentado na proposta.

7.3.15.4. A Contratada deverá zelar para evitar a falta ou prestação de informação incorreta dos meios de acionamento do plantão de ATO, não se limitando a telefone celular, mas também, endereço e telefone fixo ou qualquer outro meio de contato, que impeça ou atrase o acionamento e acarrete em prejuízos ao bom andamento dos serviços.

7.3.15.5. A inspeção de pré-voo, deverá ser realizada a cada dia útil, nas aeronaves disponíveis na base e devidamente registrada e a informação encaminhada ao responsável pela fiscalização ou ao plantonista responsável até o meio dia.

7.3.15.6. A Contratada deverá encaminhar mensalmente, no relatório de prestação dos serviços, informações que justifiquem o descumprimento do IMR para análise da equipe de fiscalização técnica. As justificativas poderão ser aceitas pela Contratante, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou alheios ao controle da Contratada.

7.3.15.7. Havendo descumprimento do IMR, devidamente justificado e aceito pela Contratante, o período de indisponibilidade será desconsiderado para efeito de cálculo do índice no mês de ocorrência.

7.3.15.8. Não será considerado para o computo do IMR, a quantidade de dias compreendido entre a data de entrega da aeronave no Centro de Serviços e a data prevista de decolagem do Centro de Serviços para o traslado após manutenção programada – incluindo-se ambas as datas – conforme previsão da quantidade de dias prevista em diagonal de manutenção entregue pela Contratada com as datas de manutenção programadas. Durante este período será considerada a média de disponibilidade dos últimos 30 dias.

7.3.15.9. Será considerado dia de indisponibilidade da aeronave se:

- A discrepância identificada, não coberta pela MEL, cause atrasos superiores a 3 três horas do horário previsto para decolagem;
- A discrepância identificada, não coberta pela MEL, não seja solucionada em período inferior a 8 horas úteis, de sua identificação, desde que não haja prejuízos a algum voo previsto;
- Conforme estabelecido na Portaria nº 1.253 DG/PF o horário de funcionamento das Unidades da Polícia Federal tem início às 07 (sete) horas e término às 21 (vinte e uma) horas de todos os dias úteis;
- A discrepância identificada, ainda que coberta pela MEL, tenha ultrapassado o prazo máximo de dias estabelecido no documento;
- Não for realizada inspeção diária até ao meio dia;
- Tenha a data de manutenção programada alterada intempestivamente;
- Tenha vencido CVA ou RCA;
- O atraso para retorno da aeronave após manutenção programada ultrapassar o 15º dia útil;
- Permanecer indisponível nos dias não úteis imediatamente subsequentes a indisponibilidade citada nos itens anteriores, salvo se a discrepância for solucionada neste período;
- For realizada permuta de componentes entre as aeronaves da frota que caracterize a intenção de transferência de disponibilidade e interrupção de contagem de dias;

7.3.15.10. Não será considerada indisponível a aeronave que:

- Esteja operacional e disponível para voo após realizada a inspeção diária;
- Identificada a discrepância, esta estiver coberta pela MEL e dentro do prazo máximo estabelecido;
- Tenha a discrepância solucionada em período inferior a 8 horas úteis;
- Esteja no período de manutenção programada conforme estabelecido neste Termo de Referência.

7.3.15.11. Tabela de IMR para Apoio Técnico Operacional (ATO):

IMR – Apoio Técnico Operacional – Média de disponibilidade de cada aeronave superior a 85%	Critério de Medição	% de Glosa sobre o valor do subitem por aeronave
1. Não comparecimento do responsável dentro do prazo de 2 horas após acionamento	por evento	1% por ocorrência
2. Não comparecimento do responsável dentro do prazo agendado com 24h de antecedência	por evento	2% por ocorrência
3. Apresentar-se para o trabalho sem uniforme/macacão, identificação e/ou EPI	por evento	3% por ocorrência
4. Ausência de realização de inspeção visual diária devidamente documentada ou atraso na entrega do documento	por evento	0,2% por hora de atraso limitado a 2%
5. Falta ou informação incorreta dos meios de contato dos responsáveis pelo ATO por evento 10% por ocorrência	por evento	5 % por ocorrência
6. Índice de disponibilidade de cada aeronave	DISP \geq 85%	Aceito
	81% \leq DISP < 85%	3% de glosa no valor mensal do ATO
	76% \leq DISP < 80%	5% de glosa no valor mensal do ATO
	71% \leq DISP < 75%	10% de glosa no valor mensal do ATO
	66% \leq DISP < 70%	12% de glosa no valor mensal do ATO
7. Indisponibilidade ou atraso superior a 3 hora de técnico de ATO para acompanhar voo Por Evento 5% por ocorrência	DISP < 66%	15% de glosa no valor mensal do ATO
	Por Evento 5% por ocorrência	5% por ocorrência

Tabela 19

Observação: O valor total do desconto aplicado no mês de apuração será a soma de todos os descontos constantes na tabela de IMRs para esse item ou subitem.

7.3.16. IMR - CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO (CTM):

7.3.16.1. O Controle Técnico de Manutenção deverá ser prestado conforme estipulado na forma de prestação de serviços constante deste Termo de Referência.

7.3.16.2. Em caso de descumprimento de IMRs relativos a CTM em que a causa seja a falta de informações a serem fornecidas pela Contratante o período de atraso na prestação das informações será desconsiderado no computo total dos dias desde que devidamente reconhecido pela Equipe de fiscalização.

7.3.16.3. Tabela de IMR para Controle Técnico de Manutenção:

IMR – Controle Técnico de Manutenção	Critério de Medição	% de Glosa sobre o valor do subitem por aeronave
1. Deixar de enviar relatório mensal de CTM	Por dia de atraso	5% + 1% por dia de atraso limitado a 30%
2. Deixar de coletar as informações de HORAS e CICLOS de VOO, AH e AC nos diários de bordo das AERONAVES conforme TR	Por Evento 5% + 1% por dia de atraso limitado a 30%	5% + 1% por dia de atraso limitado a 30%
3. Deixar de fornecer pasta com listagem referente ao controle após inspeção periódica superior a 100h	Após 10 dias da inspeção	1% por dia de atraso 1% por dia de atraso
4. Deixar de encaminhar previsão de vencimento de componente e/ou inspeção com a antecedência mínima estipulada no TR (100 horas de voo, 100 ciclos ou 30 dias)	100FH/100 FC/30D < envio da previsão de vencimento \leq 50FH/50FC/15D	2% do valor total do CTM
	50FH/50FC/15D < envio da previsão de vencimento	10% do valor mensal
	Após vencimento	15% do valor mensal
5. Se o vencimento do componente ou tarefa causar indisponibilidade ou perda de CVA, IAM, D.A. ou AD	Por Evento	30% do valor mensal (não cumulativo com o IMR anterior)
6. Dar causa a perda de certificados junto à ANAC (ex: CVA)	Por Evento	30% por ocorrência + glosa por indisponibilidade
7. deixar de realizar renovação de assinatura de banco de dados e/ou cartas aeronáuticas	Por Evento	25% + 1% por dia de atraso na disponibilização da assinatura

Tabela 20

Observação: O valor total do desconto aplicado no mês de apuração será a soma de todos os descontos constantes na tabela de IMRs para esse item ou subitem.

7.3.17. IMR - APOIO DE SOLO "HANDLING"

- 7.3.17.1. A forma de prestação do serviço de APOIO DE SOLO "HANDLING" deverá observar os dispostos neste Termo de Referência;
- 7.3.17.2. Os serviços serão realizados de acordo com a necessidade do atendimento nas cidades constantes no ANEXO VI desse Termo de Referência;
- 7.3.17.3. Tabela de IMR para os Serviços de Apoio ao Solo "Handling":

IMR para os Serviço de Apoio ao Solo "Handling"	Critério de Medição	% de Glosa sobre valor anual do item
1 - Deixar de prestar os serviços de pushback e/ou escada móvel de acordo com O ANEXO III desse TR.	por evento	0,5 % do valor anual do item
1.1 - Deixar de executar o serviço no prazo máximo de 30 minutos após a chegada do voo	por evento	0,1 % do valor anual do item
2 - Deixar de prestar os serviços de QTU de acordo com O ANEXO III desse TR.	por evento	0,1 % do valor anual do item
2.1 - Deixar de executar o serviço no prazo máximo de 30 minutos após a chegada do voo	por evento	0,05% do valor anual do item
3 - Deixar de prestar os serviços de QTA de acordo com O ANEXO III desse TR.	por evento	0,1 % do valor anual do item
3.1 - Deixar de executar o serviço no prazo máximo de 30 minutos após a chegada do voo	por evento	0,05% do valor anual do item
4 - Deixar de prestar os serviços de GPU de acordo com O ANEXO III desse TR.	por evento	0,2 % do valor anual do item
4.1 - Deixar de executar o serviço no prazo máximo de 30 minutos após a solicitação	por evento	0,05% do valor anual do item
5 - deixar de executar os serviços com funcionários habilitados e com conhecimentos básicos	por evento	2 % do valor anual do item
6 - deixar de sinalizar o pátio do aeródromo	por evento	0,3% do valor anual do item
7 - causar danos à aeronave, aeronave de terceiros ou ou qualquer tipo de dano físico a outrem devido a má utilização dos equipamentos	por evento	50% do valor anual do item + glosa por indisponibilidade

Tabela 21

- a) O valor total da glosa aplicada no mês de apuração será a soma de todos os descontos constantes na tabela de IMRs para esse item.
- b) O percentual de glosa incidirá sobre o valor anual previsto para o item.

7.3.18. IMR - SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO (PRESTADOS DIRETAMENTE PELA CONTRATADA), SUBCONTRATADOS E LOCAÇÃO DE COMPONENTES

- 7.3.18.1. A forma de prestação de serviço de Serviço Eventual de Manutenção, bem como, Serviços Subcontratados de Manutenção deverá observar os dispostos neste Termo de Referência.
- 7.3.18.2. Em caso de necessidade de realização de serviço eventual de manutenção ou subcontratação de serviço de manutenção a CONTRATADA deverá informar no orçamento a quantidade de homem hora necessário para execução do serviço. Este quantitativo será utilizado para efeitos de pagamento dos serviços, bem como de cálculo do IMR.
- 7.3.18.3. No caso de realização de serviços eventuais em conjunto com a manutenção programada/ não programada o prazo para execução de ambos os serviços deverá ser somado a fim de facilitar o controle e fiscalização por parte da equipe técnica, o computo acumulativo de prazo não será realizado caso, devidamente justificado, tal procedimento possa causar prejuízos ou atrasos, nesse caso deverá ser acordado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA o novo prazo total para retorno da aeronave.
- 7.3.18.4. Em caso de descumprimento de prazo decorrente do item anterior serão aplicadas os IMRs para ambos serviços salvo se o recebimento definitivo do serviço de manutenção programada/não programada já houver sido realizado pela equipe técnica.
- 7.3.18.5. Tabela de IMR para Serviços Eventuais de Manutenção e Serviços Extraordinários e Subcontratados de Manutenção:

IMR para Serviço Eventual de Manutenção e Manutenção Não programada	Critério de Medição	% de Glosa sobre valor da taxa administrativa
1. Deixar de informar a necessidade de realização de serviço eventual até 1 dia após ciência.	Por Evento	3% + glosa por indisponibilidade
2. Deixar de encaminhar orçamento dentro do prazo estipulado dando causa a indisponibilidade	Por Evento	10% do valor do orçamento
3. Cumprimento do prazo de devolução da aeronave até a data acordada (DA)	Até a data acordada	Aceito
	1d < DA ≤ 5d úteis	2% até 5 dias úteis de atraso
	5d úteis < DA ≤ 15d úteis	1% por dia até o limite de 10%
4. Atraso na entrega após manutenção superior a 15 dias úteis	15d úteis > DA	12% + glosa por indisponibilidade
5. Deixar de realizar renovação das assinaturas periódicas (FMS, Banco de dados etc.)	por evento	30 % + glosa por indisponibilidade

Tabela 22

Observação: O valor total do desconto aplicado no mês de apuração será a soma de todos os descontos constantes na tabela de IMRs para esse item ou subitem.

- 7.3.18.6. Não será considerado no cômputo do prazo de entrega o atraso ocasionado por ausência de peças, desde que devidamente justificado pela CONTRATADA.
- 7.3.18.7. O não cumprimento do prazo de entrega dos serviços por parte de empresa subcontratada à CONTRATADA não servirá de justificativa para os atrasos no prazo de devolução da aeronave, exceto se a justificativa apresentada for aceita pela Equipe de fiscalização.

7.3.19. IMR - FORNECIMENTO DE COMPONENTES AERONÁUTICOS.

- 7.3.19.1. A forma de prestação de serviço de Fornecimento de Componentes Aeronáuticos deverá observar o disposto neste Termo de Referência.
- 7.3.19.2. Caso a CONTRATADA deixe de fornecer componentes aeronáuticos conforme esse TR, será aplicada glosa de 10% + glosa por indisponibilidade.
- 7.3.19.3. Tabela de IMR para FORNECIMENTO DE COMPONENTES AERONÁUTICOS:

IMR para Fornecimento de Componentes Aeronáuticos	Critério de medição	% de Glosa sobre Taxa de Administração
1. Praticar preços diferentes dos preços informados em price list atualizada pela CONTRATADA	Por Evento	10% da taxa administrativa

2. Deixar de apresentar laudo técnico em conjunto com a ADDITIONAL BILLING	Por Evento	10% da taxa administrativa
--	------------	----------------------------

Tabela 23

Observação: O valor total do desconto aplicado no mês de apuração será a soma de todos os descontos constantes na tabela de IMRs para esse item.

7.3.20. RESSARCIMENTO COM DESPESAS DE MECÂNICO EM VIAGEM

7.3.20.1. A forma de prestação do serviço de Ressarcimento com Despesas de Mecânico em Viagem deverá observar o disposto neste Termo de Referência.

IMR para Fornecimento de Componentes Aeronáuticos	Critério de medição	% de Glosa sobre o valor anual orçado
1. Ultrapassar o tempo estimado de atendimento previsto no caso de AOG conforme TR	Por Evento	3% sobre o valor anual do item
2. Deixar de apresentar relatório mensal de faturamento referente aos serviços de ressarcimento de mecânico em viagem	Por Evento	1 % sobre o valor anual do item
3. Dar atraso ao voo das Aeronaves da CAOP, no caso do mecânicos que acompanha a missão	Por Evento	0,3 % sobre o valor anual do item

Tabela 24

Observação: O valor total do desconto aplicado no mês de apuração será a soma de todos os descontos constantes na tabela de IMRs para esse item

7.3.21. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

7.3.22. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com a Lei 14.133 de 2021.

Do Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.17.1. o prazo de validade;
- 7.17.2. a data da emissão;
- 7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.17.5. o valor a pagar; e
- 7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.31.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.32. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Gestão do Contrato

7.36. Até 15 dias após a assinatura do contrato, será realizada a Reunião Inicial de Fiscalização, com a presença do preposto da CONTRATADA, bem como da equipe de fiscalização designada pelo CONTRATANTE e a equipe responsável de Planejamento da Contratação.

7.37. A Reunião destinar-se-á à apresentação do Plano de Fiscalização a ser adotado pelas partes, que será firmado observando o disposto neste Termo de Referência, Edital e Contrato, contendo no mínimo: informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.38. Os assuntos tratados na reunião inicial serão registrados em ata e assinado por todos os participantes.

7.39. A CONTRATADA deverá enviar o preposto ou equipe designada para participar das reuniões periódicas, que poderão ser realizadas por vídeo conferência, que tem por finalidade garantir a qualidade da execução e os resultados previstos para a prestação dos serviços.

7.40. Poderão ser marcadas reuniões extraordinárias entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA sempre que considerado necessário, neste caso a data deverá ser pré-acordada entre as partes.

7.41. Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização do Gestor do Contrato, o prazo para a prestação de serviços ou das suas etapas poderão sofrer alterações, desde que requerido pela contratada antes da data prevista para o início dos serviços ou das respectivas etapas, cumpridas as formalidades exigidas pela legislação.

7.42. A gestão de contrato será realizada conforme estabelecido na IN nº 5/2017, a partir da formação da equipe de fiscalização formada por no mínimo, o gestor do contrato, fiscal requisitante, fiscal técnico e fiscal administrativo.

7.43. Dos mecanismos formais de comunicação.

7.43.1. O canal de comunicação entre o CONTRATANTE e CONTRATADA, para assuntos relacionados à gestão e fiscalização contratual, ocorrerá preferencialmente através da figura do preposto. O preposto é o representante da CONTRATADA junto a Polícia Federal. O preposto poderá ser contatado mesmo fora do horário de expediente, sem que com isso ocorra qualquer ônus extra ao CONTRATANTE.

7.43.2. A comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA se dará preferencialmente por meio escrito, sempre que se entender necessário o

registro de ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO, nas formas relacionadas na tabela abaixo:

DOCUMENTO	FUNÇÃO	EMISSOR	DESTINATÁRIO	PERIODICIDADE
Ofício	Informações diversas	Contratante/Contratada	Contratante/Contratada	Sempre que necessário
E-mail	Informações diversas	Contratante/Contratada	Contratante/Contratada	Sempre que necessário
Ordem de Serviço	Autorização para prestação dos serviços	Contratante	Contratada	Mensal
Relatório Geral de Faturamento	Atestar as condições em que os serviços foram prestados	Contratada	Contratante	Mensal
Termo de Recebimento Provisório	Recebimento provisório dos serviços	Contratante	Contratada	Mensal
Termo de Recebimento Definitivo	Recebimento definitivo dos serviços	Contratante	Contratada	Mensal
Ata de Reunião	Informações diversas	Contratante/Contratada	Contratante/Contratada	Sempre que necessário

Tabela 25

7.44. Relatório Geral de Faturamento

7.44.1. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente por escrito o Relatório Geral de Faturamento até o 5º dia útil do mês subsequente, composto pelos seguintes relatórios gerenciais e técnicos, para comprovação e fiscalização dos serviços prestados:

7.44.2. Relatório mensal no formato fornecido pela CONTRATANTE em que constarão, no mínimo, as características de prestação de cada serviço, distribuído por item e subitem.

7.44.3. No caso de não ocorrência de algum serviço prestado por evento, será admitida a supressão das informações a fim de tornar o documento mais sucinto.

7.44.4. Os demais relatórios mensais previstos neste Termo de Referência deverão ser parte integrante do Relatório Geral de Faturamento, ainda que já tenha sido prestada a informação por outro meio, por exemplo o relatório mensal de Controle Técnico de Manutenção.

7.44.5. Sugestões de alteração e simplificação do Relatório Geral de Faturamento poderão ser adotadas desde que haja acordo entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE e não resultem em omissão de informações relevantes que possam causar prejuízo ao bom andamento das fiscalizações.

7.44.6. Outras informações consideradas relevantes.

7.44.7. A seu critério, a CONTRATANTE poderá solicitar a comprovação de fidelidade das informações e dados apresentados nos relatórios.

7.44.8. A recusa ou a morosidade da CONTRATADA em cooperar com a comprovação de fidelidade dos dados dos relatórios, caracterizadas pela ausência de respostas ou não apresentação dos documentos solicitados em até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de solicitação, implicarão em suspensão dos pagamentos, sanções e penalidades aplicáveis.

7.45. Da Forma de Remuneração

7.45.1. A prestação dos serviços será remunerada a partir da garantia de disponibilidade, bem como do atendimento aos demais critérios de aceitação descritos neste Termo de Referência.

7.45.2. O valor do pagamento mensal pelos serviços será calculado de acordo com a efetiva execução dos serviços, aplicados os descontos relativos ao eventual descumprimento dos indicadores mínimos de desempenho, bem como das demais obrigações contratuais. Assim, o valor mensal a ser pago pelo serviço será calculado com base na fórmula abaixo:

7.45.3. Remuneração Mensal Total = valor mensal a ser pago à CONTRATADA resultante da soma de todos os itens e subitens já aplicados os descontos decorrentes do não cumprimento dos IMRs.

7.45.4. Remuneração Mensal por item ou subitem = $[(\text{Valor Anual Contratado para cada item ou subitem}/12) * (1 - \text{Desconto a ser aplicado por descumprimento de IMR para cada item/subitem})]$.

7.45.5. Onde:

7.45.6. Remuneração Mensal por item/subitem = Valor a pagar calculado separadamente para cada item ou subitem considerando o valor da proposta apresentado pela CONTRATADA assim como demais correções decorrentes de renovação ou aditivos contratuais posteriores;

7.45.7. Valor Anual Contratado = Valor total anual estabelecido em CONTRATO;

7.45.8. Indicador Mínimo de Desempenho (IMR) = percentual de redução/glosa a ser aplicada em razão do não atingimento dos níveis de serviço e indicadores de desempenho mínimos, limitado a 30%, conforme descrito no item 16 deste Termo de Referência;

7.45.9. Não haverá qualquer espécie de bônus, premiação ou pagamento adicional para os casos em que a CONTRATADA supere os IMRs exigidos, ou caso seja necessária à alocação de maior número de profissionais e outros recursos para alcançá-las.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será a Empreitada por Preço Global, formado por um Grupo com 16 itens, devendo a licitante oferecer proposta para todos os itens, conforme as normas desse Termo de Referência.

Exigências de Habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1. apresentação de Certificado de Homologação de Empresa (CHE) ou Certificado de Organização de Manutenção (COM), para Categoria Célula – Classe 4, para executar todos os níveis de manutenção previstos;

8.3.2. apresentação do Manual de Organização de Manutenção, conforme parágrafos 145.207 e 145.209 do RBAC 145;

8.3.3. apresentação do Manual de Controle de Qualidade, conforme parágrafo 145.211 do RBAC 145; e

8.3.4. Possuir ao menos 1 (um) Centro de Serviços no País, para manutenção aeronáutica, com capacidade de hangaragem suficiente para receber as duas Aeronaves Objeto de Manutenção desse Termo de Referência, simultaneamente.

Habilitação jurídica

- 8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.18. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 8.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);
- 8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 2% (dois por cento) do valor total estimado da contratação.
- 8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 8.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 8.28. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.29. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA da região a que estiver vinculada, em plena validade.
- 8.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características: Manutenções Programadas e Não Programadas executadas em Aeronave de porte equivalente ou superior à Família ERJ 170.
- 8.30.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 8.30.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.31. Prova de atendimento aos seguintes requisitos:
- 8.31.1. Possuir em seu quadro permanente de empregados uma equipe de técnicos em manutenção de produtos aeronáuticos, todos habilitados pela ANAC, os quais prestarão os serviços descritos na Cláusula Primeira deste Termo de Referência, composta de, no mínimo:

8.31.1.1. Engenheiro aeronáutico, ou um engenheiro mecânico, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, nos termos da legislação aplicável, que participará do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativa à atividade de execução de serviços de manutenção em aeronave ERJ 170-200 STD ou serviços de complexidade tecnológica equivalente ou superior, em relação aos serviços descritos, para atuar na função de responsável técnico pela qualidade dos serviços de manutenção;

8.31.1.2. 03 (três) Técnicos de Manutenção Aeronáutica, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido nos grupos moto propulsor (GMP) e célula (CEL) com curso de manutenção do motor e da célula das aeronaves, cadastrados junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), conforme o item 43.7 do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) nº 43;

8.31.1.3. 01 (um) Técnico de Manutenção Aeronáutica, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido no grupo aviônicos (AVI) com curso de manutenção do sistema elétrico, inclusive aviônicos;

8.31.1.4. Poderá ser dispensada a presença do técnico em aviônico no caso de um ou mais técnicos acumular a CHT de AVI.

8.31.1.5. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, devendo a empresa vencedora do certame comprovar tal fato no momento da assinatura do contrato, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

8.31.1.6. A comprovação empregatícia, do item acima, far-se-á por meio de cópia autenticada da carteira profissional, contrato de trabalho devidamente registrado ou de outros meios juridicamente válidos para a demonstração de que possuem vínculo com a sociedade empresarial.

8.32. No momento da assinatura do contrato, comprovar certificação ANAC que demonstre a capacidade da Empresa em executar manutenções na Aeronave EMBRAER 175, para os níveis de manutenção previstos no Termo de Referência.

8.33. Informar na proposta o endereço completo do local onde serão realizadas as Inspeções Programadas.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 18.173.784,72 (dezoito milhões, cento e setenta e três mil, setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e dois centavos)**, excluídas as taxas administrativas dos Itens 9, 10 e 12, 13 da tabela 1 (objeto da contratação).

9.2. Os valores dos Itens 9, 10 e 12, 13, por já comporem os itens 8 e 11, não serão somados ao valor total da contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

1. Gestão/Unidade: 00001/200334;
2. Fonte de Recursos: 1000000000;
3. Programa de Trabalho: 06122003220000001;
4. Elemento de Despesa: 339039 e 339030;
5. Plano Interno: PF99900AG24;

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA

11.1. Fazem parte do presente Termo de Referência os seguintes documentos:

- 11.1.1. ANEXO I: MANUAIS DE MANUTENÇÃO QUE DEVERÃO SER CONSULTADOS PARA A PERFEITA ADEQUAÇÃO DOS CONSUMÍVEIS E DESCARTÁVEIS QUE SERÃO APLICADOS NAS INSPEÇÕES PROGRAMADAS;
- 11.1.2. ANEXO II: "POOL DE PEÇAS";
- 11.1.3. ANEXO III: ESTOQUE MÍNIMO DE COMPONENTES CRÍTICOS, OSS (ON-SITE STOCK);
- 11.1.4. ANEXO IV: DISPONIBILIZAÇÃO DE FERRAMENTAL PERMANENTE NA BASE DA CONTRATANTE;
- 11.1.5. ANEXO V: PUBLICAÇÕES TÉCNICAS; e
- 11.1.6. ANEXO VI: APOIO OPERACIONAL DE SOLO "HANDLING".

11.2. Em atendimento ao artigo 10 da Instrução Normativa 81/2022 Seges/ME, as informações contidas neste Termo de Referência são de caráter público, não se aplicando as restrições de acesso contidas na Lei 12.527 de 18 de novembro 2011, uma vez que não se encontram no rol do artigo 23 do referido normativo.

ANEXO I
MANUAIS DE MANUTENÇÃO QUE DEVERÃO SER CONSULTADOS PARA A PERFEITA ADEQUAÇÃO DOS CONSUMÍVEIS E DESCARTÁVEIS
QUE SERÃO APLICADOS NAS INSPEÇÕES PROGRAMADAS

Manuals

Maintenance

- AMM Part I (4159) SDS - System Description Section
- AMM Part I - AR Advance Revision
- AMM Part II (4159) MPP - Maintenance Practices and Procedures
- AMM Part II - AR Advance Revision
- CPM (4156) Corrosion Prevention Manual
- MPD (4158) Maintenance Planning Document Flybe
- MRB (1621) MRB-1621 - Maintenance Review Board Report
- NDT (4160) Non Destructive Testing Manual
- NDT - AR Advance Revision
- SRM (1802) SRM PART II - Structural Repair Manual
- SWPM (1590) SWPM-1590 - Standard Wiring Practices Manual

Troubleshooting

- FIM (4157) FIM-4157 - Fault Isolation Manual - Flybe
- FIM - AR Advance Revision
- QRRG (0001) Quick Reference Reset Guide
- SSM (4161) Schematic System Manual
- WM (4163) Wiring Manual

Parts, Tools and Components

- AIPC (4155) Aircraft Illustrated Parts Catalog
- CMM EMBRAER CMM - Component Maintenance Manual - Embraer 170/175/190/195
- CMM EMBRAER - AR Advance Revision
- CMM VENDORS CMM Vendor - ELEB
- CPC (1841) CPC-1841 - Consumable Products Catalogue
- ITEM (1586) Illustrated Tool and Equipment Manual
- ITEM - AR Advance Revision
- PIL PIL - Parts Information Letters
- SRMI (1802) SRM PART I - Structural Identification

Service Bulletins

- CSB CSB - Component Service Bulletin
- IB IB - Information Bulletin
- SB SB - Service Bulletin
- SBG SERVICE BULLETIN GUIDE
- SBSA (0001) Service Bulletin Special Attention

Aircraft Information

- APM (2259) APM-2259 - Airport Planning Manual
- ARM (1588) Aircraft Recovery Manual
- ASBM (1347) ASBM-1347 - Ata Specification Breakdown Manual
- IGFER (1585) Instructions for Ground Fire Extinguishing and Rescue
- MFEP (2260) Maintenance Facility and Equipment Planning
- SM (1589) SM-1589 - Standard Manual
- SNL SNL - Service News Letters

General Information

- CDC (5158) CDC-5158 - Customer Data Card
- COC (2265) Customer Order Card
- PUBPLAN (0001) Publication Plan
- TPRG (2264) TPRG-2264 - Technical Publication Request

Flight Operations

- ACFOG (5774) Airframe Checksheet
- AFM-CTA (1383-2) Airframe Maintenance Manual - CTA
- AOM (1502-215) Airframe Operations Manual
- DDPM (4600-200) Direct Drive Power Module
- FAM (1714-001) Fuel Airframe Manual
- FDMG (3964) Fuel Drive Manual
- FOL Flight Operations Log
- GP (1971) Landing Gear
- GP (1999) Fuel Control
- GP (2603) Low Visibility
- GP (2607) The Cockpit
- GP (3705) Airplane
- GP (3801) RNP AR
- GP (3909) Emission
- GP (4998) Performance
- GP (5680) EPERF I
- GP (5873) RNP Ap
- GP (5990) RNP AR
- MMEL (1506-001) Minimum
- OB Operational Bulletin
- QRH (3707-215) QRH
- SOPM (1755-001) SOPM
- WB-CTA (1503-30) WB-CTA

ANEXO II
"POOL DE PEÇAS"

Item	Part Number	Pool type	Description
1	1700064F	Basic	SLAT/FLAP ACTUATOR CONTROL ELETRONI
2	1701320C	Basic	GENERATOR, AUXILIARY
3	7028272-1801	Basic	MODULE, ELECTRONIC
4	4505003M	APU_LRU	CONTROLLER, FULL AUTHORITY, SW 4.00
5	15800-029A3	Basic	VACUUM TOILET ASSEMBLY - LH
6	21609-60BA	Basic	CONTROLLER, CPCS
7	21425-01	Basic	VALVE OUTFLOW VALVE
8	1855A0000-07	Basic	STEERING CONTROL MODULE
9	9C148-4	Basic	PUMP CARTRIDGE, FUEL, AC
10	1001250-4	Basic	LOW-LIMIT BYPASS-VALVE
11	5913148-3	Basic	TRANSFORMER RECTIFIER, UNIT
12	1701337E	Basic	EXTERNAL POWER MODULE
13	1001248-2	Basic	CROSS BLEED VALVE
14	1001246-3	Basic	BLEED PRESSURE REGULATING AND SHUT
15	1001456-6	Basic	FLOW CONTROL VALVE
16	366-927-001	Basic	REPEATER-IND, FUEL, REAR
17	975302-1	Basic	PUMP UNLOADER VALVE
18	366-208-001	Basic	REFUELING/DEFUELING PANEL
19	424600-1005	Basic	AILERON ARTIFICIAL FEEL UNIT
20	820914-7	Basic	PACK BYPASS VALVE
21	21615-02	Basic	VALVE, POSITIVE RELIEF
22	1001253-1	Basic	CONTROLLER NACELLE VALVES
23	2R5310A	Basic	AUTOPILOT SERVO
24	170-71250-405	Basic	VALVE ASSY
25	7026201-801	Basic	VHF DIGITAL RADIO-VDR
26	19000-079	Basic	WATER SEPARATOR, WASTE SYSTEM
27	7028422-1903	Basic	CUSTOM I/O MODULE 486DX4
28	4101634A	Basic	FAN, FWD E-BAY
29	7034055-1901	Basic	PM CMC MODULE
30	7028432-1902	Basic	PM AIOP MODULE
31	0102AY1AF	Basic	SENSOR, TOTAL TEMPERATURE
32	020-240-008	Basic	FUEL QUANTITY PROBE
33	020-240-006	Basic	FUEL QUANTITY PROBE
34	020-240-005	Basic	FUEL QUANTITY PROBE
35	020-240-106	Basic	FUEL QUANTITY PROBE
36	020-240-009	Basic	FUEL QUANTITY PROBE
37	140-265	Basic	WHEEL SPEED TRANSDUCER
38	20-171501	Basic	BRAKE PEDAL POSITION TRANSDUCER
39	AS-200-00002	Basic	REINFORCED COCKPIT DOOR CONTROL PAN
40	414600-1009	Basic	AILERON PCU
41	4120T00P60	Engine_LRU	CONTROL-FULL AUTHORITY DIGITAL ELECTRONIC
42	415400-1009	Basic	RUDDER ACTUATOR
43	415300-1005	Basic	HORIZONTAL STABILIZER ACTUATOR CONT
44	415600-1011	Basic	ELEVATOR ACTUATOR
45	4120T06P10	Engine_LRU	STARTER-AIR TURBINE ENGINE

46	7517900-55020	Basic	TCAS II UNIT VER 7.1, TCAS2000
47	51166-04	Basic	AC MOTOR DRIVEN PUMP HYDRAULIC
48	4954238	APU_LRU	ELECTRONIC STARTER CONTROLLER
49	51164-06	Basic	ENGINE DRIVEN PUMP, HYDRAULIC
50	7028273-802	Basic	PRIMARY ACTUATOR CONTROL UNIT
51	415297-101	Basic	MOTOR ASSY
52	51165	Basic	POWER TRANSFER UNIT, HYDRAULIC
53	414800-1011	Basic	MULTI-FUNCTION SPOILER PCU
54	1700591A	Basic	FLAP/SLAT POWER DRIVE UNIT (PDU)
55	383300-1009	Basic	ELECTROMECHANICAL TRIM ACTUATOR
56	4952826	APU_LRU	STATOR ASSEMBLY-BRUSHLESS STARTER G
57	1720897B	Basic	MICRO COMMS MODULE, SW BLOCK 12.1
58	HG2100AB02	Basic	INERTIAL REFERENCE UNIT
59	975287-7	Basic	FIREWALL SHUTOFF VALVE
60	424800-1001	Basic	RUDDER ARTIFICIAL FEEL UNIT
61	80-003-06	Basic	PROXIMITY SENSOR ELECTRONIC MODULE
62	5913016-5	Basic	POWER SUPPLY MODULE, SPDA
63	414950-1003	Basic	GROUND SPOILER CONTROL MODULE
64	975285-3	Basic	PTU SELECTOR VALVE
65	2015G2H2H-9A0	Basic	INTEGRATED PITOT/STATIC/AOA SENSOR
66	415700-1001	Basic	AILERON OVERRIDE UNIT
67	4951700	APU_LRU	AIR COOLER-OIL, APU
68	C158386-1	Basic	FLAP ACTUATOR 1L
69	C158387-1	Basic	FLAP ACTUATOR 2L
70	C158388-1	Basic	ACTUATOR ASSY-FLAP 3L,4L
71	C158389-1	Basic	FLAP ACTUATOR 1R
72	C158390-1	Basic	FLAP ACTUATOR 2R
73	C158391-1	Basic	ACTUATOR ASSY-FLAP 3R,4R
74	1701321F	Basic	CONTROL UNITY, GENERATOR
75	975301-5	Basic	FLOW LIMITER VALVE
76	7028590-901	Basic	GUIDANCE PANEL - GP750
77	5916092-2	Basic	AC POWER MODULE, SPDA
78	7026202-802	Basic	VIDL MODULE
79	C16790AA01	Basic	INTEGRATED ELECTRONIC STANDBY
80	245-604067-100	Basic	GPS MODULE - WAAS/SBAS SENSOR
81	142-091143	Basic	BRAKE CONTROL MODULE
82	241-292-004-023	Basic	ENGINE VIBRATION MONITORING CARD
83	2990053-102	Basic	SHUTOFF VALVE
84	900105-1	Basic	HYDRAULIC ACCUMULATOR
85	4119T32P03	Engine_LRU	THERMOCOUPLE ASSY (UPPER)
86	7026201-803	Basic	VHF DIGITAL DATA RADIO MODE 2
87	900103-1	Basic	HYDRAULIC ACCUMULATOR
88	4119T31P03	Engine_LRU	THERMOCOUPLE ASSY (LOWER)
89	4119T01P05	Engine_LRU	PUMP-LUBE AND SCAVENGE OIL
90	1001497-2	Basic	VALVE, SHUT-OFF - CARGO COMPARTMENT
91	19000-040	Basic	CONTROLLER - WATER AND WASTE SYSTEM
92	4952447	APU_LRU	VALVE ASSY, BLEED AIR
93	1713255A	Basic	SLAT ACTUATOR TYPE A/E

94	1702885G	Basic	SLAT ACTUATOR TYPE B
95	1700597F	Basic	SLAT ACTUATOR TYPE C
96	7021450-601	Basic	WU-660 RADAR RECEIVER/TRANSMITTER
97	414900-1005	Basic	GROUND SPOILER ACTUATOR
98	170-72900-603	Basic	STEERING MANIFOLD ASSY
99	424700-1003	Basic	ELEVATOR ARTIFICIAL FEEL UNIT
100	1002166-6	Basic	FAN AIR VALVE
101	1708011	Basic	DC POWER MODULE, SPDA
102	G7225-001	Basic	DATA MANAGEMENT UNIT 3
103	975303-3	Basic	PRIORITY VALVE-HYDRAULIC SYSTEM
104	1C27-29	Basic	DC FUEL PUMP, CARTRIDGE
105	2950004-304	Basic	SOV ACTUATOR ASSY, 28 VDC
106	4120T04P08	Engine_LRU	PUMP-FUEL
107	975288-3	Basic	PRIORITY VALVE
108	2990078-102	Basic	REFUEL SHUTOFF VALVE
109	1605-01-00	Basic	CVFDR WITH RIPS
110	39-871-2	Basic	BRAKE CONTROL VALVE, WITH FILTERS
111	APE 5200	Basic	ELETRONIC CLOCK WITH ARINC OUTPUT A
112	138-007	Basic	DUAL EMERGEN. PARK BRAKE VALVE
113	1708007	Basic	ASCB COMMS MODULE, SPDA
114	4505576A	APU_LRU	MODULE - DIGITAL MEMORY
115	900099-3	Basic	HYDRAULIC ACCUMULATOR
116	975289-3	Basic	VALVE DUMP, HYDRAULIC
117	4101724A	Basic	FAN, TWO SPEED - MID E-BAY
118	4101722	Basic	FAN, RECIRCULATION
119	5914054	Basic	FLAP/SLAT POWER DRIVE MOTOR
120	5682-1-2	Basic	PASSENGER ADDRESS AND CABIN INTERPH
121	21665-02	Basic	VALVE, NEGATIVE RELIEF
122	9070B0018-01	Basic	HANDWHEEL, STEERING
123	5912847	Basic	FLAP/SLAT POSITION SENSOR (PSU)
124	4954226	APU_LRU	VALVE - ANTI-SURGE
125	1001070-5	Basic	AMS CARD MOTOR DRIVER
126	1708017	Basic	ANALOG I/O MODULE, SPDA
127	38200-051-201	Basic	LEVEL SENSOR ASSY, BLINDCAPPED, POT
128	1001060-5	Basic	AMS I/O CARD
129	5913306	Basic	SLAT INBOARD SKEW SENSOR
130	19000-780	Basic	VALVE, FILL-DRAIN, POTABLE WATER SYS
131	170-70850-607	Basic	SELECTOR VALVE ASSY - LDG
132	9631110-0001	Basic	VALVE, DRAIN MOTOR OPERATED
133	2313M-588-4	Basic	LH MOTOR-CONVERTER
134	2313M-589-4	Basic	RH MOTOR-CONVERTER
135	7517402-970	Basic	MODE S XPDR MODULE - 1090 ES (TSO
136	1187A6-23	Basic	BOX ASSY-STOWAGE, OXYGEN MASKS
137	4101638	Basic	FAN, MID E-BAY
138	60-5174-1	Basic	POWER SUPPLY - LIGHT, STROBOSCOPE
139	7517964-967	Basic	NETWORK INTERFACE MODULE
140	064-01072-0101	Basic	POWER AMPLIFIER - KPA 1052
141	7038231-1902	Basic	PM NIC+PROC MODULE WITH CF MEM

142	1708013	Basic	ARINC 429 MODULE, SPDA
143	38-947500-1	Basic	SHUTOFF VALVE WITH FILTERS, ALUMINU
144	2990074-101	Basic	VALVE, FLOAT ACTUATED TYPE
145	820966-3	Basic	ADD HEAT VALVE
146	1708015	Basic	TE I/O MODULE, SPDA
147	7510184-855	Basic	MODULE DME DM
148	2124-0001-405	Basic	LINEAR DAMPER, AILERON SYS
149	FE374300001	Basic	ACTUATOR ASSY
150	19000-070	Basic	BALL VALVE
151	057-023-001	Basic	FUEL LOW LEVEL SENSOR
152	1700599	Basic	GEARBOX-SLAT ANGLE (137)
153	1700637	Basic	FLAP ANGLE GEARBOX (144)
154	1700639	Basic	FLAP ANGLE GEARBOX (161)
155	021-056-001	Basic	FUEL QUANTITY PROBE
156	170-11177-403	Basic	MODULE ASSY
157	020-240-007	Basic	FUEL QUANTITY PROBE
158	020-240-001	Basic	FUEL QUANTITY PROBE
159	2670054M1	Basic	ADAPTER ASSY
160	2060091-101	Basic	VALVE, FLOAT VENT-FUEL SYS
161	020-240-002	Basic	FUEL QUANTITY PROBE
162	9070B0019-01	Basic	STEERING PEDAL SENSOR
163	4120T16P03	Engine_LRU	TRANSMITTER-OIL PRESSURE
164	33-159500-1	Basic	ACCUMULATOR ST 100 CU.IN [cu.in]
165	940CE03Y04	Basic	AC RELAY MONITOR SENSOR
166	6375A0001-01	Basic	ACTUATOR, ELETROMECHANICAL
167	7024440-1903	Basic	PWR902 POWER MODULE
168	0050N1	Basic	STICK SHAKER ACTUATOR
169	24E507009G03	Basic	HEATER, POTABLE WATER
170	SPC-10(Y)	Basic	INVERTER, STATIC-250VA
171	5583-1-2	Basic	PA HANDSET/CRADLE (WHITE)
172	0218-0032-7	Basic	VALVE, EXPANDER- 4" WASTE DRAIN
173	170-00679-409	Basic	MODULE ASSY YAW/PITCH TRIM
174	1640-120-01	Basic	CVFDR CONTROL PANEL
175	453-5000	Basic	TRANSMITTER/LOCATOR
176	1191-8	Basic	CONVERTER, 115VAC/400HZ TO 110VAC/6

ANEXO III
ESTOQUE MÍNIMO DE COMPONENTES CRÍTICOS, OSS (ON-SITE STOCK)

PART NUMBER	DESCRIÇÃO	QTD
90000583-6PR	Conjunto de freio.	1
MS20995C32	Lockwire da roda	10
80-019-01	Sensor de proximidade de trem de pouso	2
9052A0006-01	Anel elástico da roda	2
VC-5	Tampa de válvula de pneu	2
2-11SCY	Descarregador estático	8
3400-22-10	Bateria da Iluminação de emergência	1
HLX64621 ou LP-64621	Luz de Navegação	4
Q4559X ou LPQ4559X	Farol de Taxi (NLG)	3
50-0325-3	Farol de pouso (raiz da asa)	2
51-0797-1	Anel de vedação do farol de pouso	1
51-0797-3	Anel de vedação do farol de pouso	1
CDSP4644-503	Ferramenta de trava de PSU	2
770006	Elemento filtrante sistema de água	4
710540	Anel de vedação	4
721006	Anel de vedação	4
M83248/1-008	Anel de vedação de óleo da IDG	5
AC-C426F-1230 ou 1326-8022	Filtro de combustível do motor	2
M25988/1-216	Anel de vedação do filtro de combustível do motor	4
1354-320	Anel de vedação do filtro de combustível do motor	2
CH31926 ou 508593-1	Ignitor do Motor	2
7593418-101 ou 4119T03P01	Filtro de óleo do motor	2
J1438P017 ou LR26393-017	Anel de vedação do filtro de óleo do motor	2

M83248/1-037 ou J221P037 ou LR26393-037	Anel de vedação do filtro de óleo do motor	2
J221P029	Anel de vedação do motor	2
J221P014	Anel de vedação do motor	2
4951542	Filtro de óleo do APU	2
M83248/1-138	Anel de vedação do filtro de óleo do APU	2
4953246	Filtro de combustível do APU	2
M25988/2-032	Anel de vedação do filtro de combustível do APU	2
4952846 ou 4953089	Ignitor do APU	2
M83248/1-906	Anel de vedação do APU	2
BP TURBO OIL 2380	Óleo de Motor	24
SKYDROL LD-4	Fluido hidráulico	20
RTV102	Selante	6
SHC 100	Graxa Mobil Aviation	4
112030	Ácido cético	2

A Contratada poderá fornecer PNs alternativos e/ou equivalentes aos indicados na tabela, inclusive de revisões posteriores, desde que presentes em publicações técnicas e/ou aprovado pela engenharia do fabricante.

ANEXO IV
DISPONIBILIZAÇÃO DE FERRAMENTAL PERMANENTE NA BASE DA CONTRATANTE

PART NUMBER	DESCRIÇÃO	QTD
-	Caixa de ferramentas padrão	3
53232-0011	Protetor de eixo para troca de roda principal	1
2370-T158-401	Protetor de eixo para troca de roda auxiliar	1
14-6808-6000	Calibrador de nitrogênio	1
14-6806-6011	Calibrador de pneu	1
06-5021-1500	Bico, limpeza do compressor	1
7211	Abastecedor de óleo	1
AM-1986	Bomba para abertura de capô	1
AGE-04280-401	Amostra de combustível	1
PT900U-04N8J0	Computador portátil	1
02-7867C0100	Macaco para troca de roda principal	1
02-7836C0110	Macaco para troca de roda auxiliar	1
-	válvulas reguladoras de pressão (garrafas de nitrogênio e oxigênio)	2

ANEXO V
PUBLICAÇÕES TÉCNICAS

MANUAL OU SOFTWARE	QTD
Publicações Técnicas (acesso por plataforma da Contratada)	2 (aeronaves)
AOM - Manual de Operação da Aeronave	4
AFM - Manual de voo da Aeronave	4
QRH - Guia Rápido de Emergências (eletônico e físico)	4
SOPM -	4
DDPM	2
WB - (Peso e Balanceamento)	2
FAM	2
AHEAD - Ferramenta de diagnóstico de Falha (software)	1
In Flight - (software)	1
SCAP - (software)	1

ANEXO VI
APOIO OPERACIONAL DE SOLO "HANDLING"

1. Do pushback: Trata-se de operação de deslocamento, por equipamento auxiliar (por exemplo tratores ou rebocadores), da aeronave parada até a posição final na qual a mesma possa se deslocar por meios próprios.

1.1. A Contratada deverá observar os seguintes procedimentos: retirar a barra de reboque (garfo) do porão da aeronave OU utilizar garfo próprio; acoplar cuidadosamente o garfo ao trem de pouso da aeronave ERJ-175 e ao trator/rebocador; efetuar o deslocamento da aeronave até que essa possa se deslocar por meios próprios; desacoplar a barra do trem de pouso e do trator/rebocador; guardar a barra no porão da aeronave quando não utilizar barra própria.

2. Da escada móvel: Trata-se de serviço de acoplamento de escada móvel para auxiliar o embarque e desembarque de passageiros da aeronave.

2.1. A contratada deverá observar os seguintes procedimentos: Posicionar a escada junto a porta dianteira ou traseira da aeronave ERJ-175 imediatamente após a sua parada; aguardar o embarque/desembarque; verificar com membro da tripulação quando poderá retirar a escada; retirar a escada da porta dianteira ou traseira da aeronave. Devido às peculiaridades das atividades exercidas por essa Coordenação de Aviação Operacional, muitas vezes será necessário que a escada móvel fique disponível por um certo período de tempo, pois ocorrem missões onde fazemos escalas em diversas cidades para buscar/deixar participantes de operações e/ou para embarcar/desembarcar presos, nos

casos de apoio ao DEPEN, por exemplo. Nesse sentido, ocorrerão casos em que a empresa prestadora de serviço não poderá recolher a escada imediatamente ao final de um embarque/desembarque.

3. Do QTU: Trata-se de serviços de higienização de dejetos sanitários (QTU), realizado por veículo rebocável ou não.

3.1.O QTU será executado mediante drenagem do tanque de dejetos sanitários da aeronave, no abastecimento de 08 (oito) litros de água tratada por meio de uma bomba manual ou motorizada com pressão nominal máxima descrita no manual da aeronave, através de um veículo rebocável ou não, composto por 02 (dois) tanques, sendo um de água tratada e o outro destinado a receber os dejetos sanitários, na adição de 02 (dois) frascos de solução ardrex agena ou similar e na limpeza e desinfecção dos toaletes AFT e FWD (vaso sanitário (assento e tampa do assento), pia, espelhos, assoalho e arredores);

3.2. O veículo deverá ser posicionado corretamente e com segurança junto ao painel de serviço de dejetos da aeronave e o funcionário responsável pelo serviço deverá:

1. Abrir o painel de serviço de dejetos da aeronave;
2. destravar a alavanca e abrir a tampa da válvula de dreno de dejetos;
3. conectar o engate do dreno de dejetos do veículo QTU na válvula de dreno de dejetos;
4. retirar a tampa do bocal de abastecimento de água;
5. conectar a mangueira de abastecimento de água no bocal de abastecimento de água;
6. empurrar a alavanca de atuação da válvula de dreno de dejetos do engate do dreno de dejetos do veículo QTU;
7. puxar as alavancas AFT e FWD de controle de dreno de dejetos para drenar o tanque de dejetos;
8. abastecer com 08 (oito) litros de água tratada o tanque de dejetos;
9. enxaguar o tanque de dejetos sanitários da aeronave com acionamento da descarga dos vasos sanitários AFT e FWD;
10. puxar a alavanca de controle de dreno de dejetos para drenar o tanque de dejetos;
11. abastecer com 08 (oito) litros de água tratada o tanque de dejetos;
12. desconectar o engate do dreno de dejetos do veículo QTU da válvula de dreno de dejetos;
13. fechar a tampa da válvula de dreno de dejetos e travar a alavanca;
14. desconectar a mangueira de abastecimento de água do bocal de abastecimento de água, recolocar a tampa do bocal de abastecimento de água;
15. adicionar 02 (dois) frascos de solução ardrex agena ou similar nos vasos sanitários AFT e FWD;
16. efetuar limpeza e desinfecção dos vasos sanitários AFT e FWD (assento, tampa do assento e arredores);
17. efetuar limpeza e desinfecção da pia e espelho do toalete;
18. efetuar limpeza e desinfecção do assoalho e arredores do toalete; e
19. fornecimento de todos os insumos necessários à realização do QTU.

4. Da Limpeza interna da Aeronave: Trata-se da limpeza da cabine de comando e cabine de passageiros.

4.1. A limpeza na cabine de comando compreende a limpeza e desinfecção das lixeiras, poltronas e para-brisas; aspiração do assoalho e poltronas.

4.2. A limpeza na cabine de passageiro compreende a limpeza e desinfecção dos maleiros superiores internos (Bins) e suas portas retráteis, janelas, molduras e cortinas das janelas internas, pisos, poltronas, mesas e bolsões das poltronas, telefones (intercom), superfícies sujas nas galleys (depressões e superfícies de trabalho), fornos, lixeiras, cortinas, compartimentos utilizados para armazenar refeições de bordo, veículos empregados no transporte de tais produtos alimentícios (trolley), superfícies sujas no toalete, porta, lavabo, assentos e tampas, espelhos e arredores e aspiração do assoalho (carpete) da cabine de passageiro.

4.3. Deverá ser observado ainda na limpeza da cabine como um todo a remoção de qualquer contaminação causada por desconforto (enjoo) durante o voo, restos de comida ou bebidas derramadas e sujeiras ofensivas, recolhimento do lixo das bolsas dos encostos das poltronas, retirada do lixo existente a bordo e descarte em local apropriado, instalação de novos cabeçotes descartáveis no encosto das poltronas, em substituição aos utilizados e instalação de sacos de enjoos nos bolsões das poltronas em substituição aos utilizados;

4.4. A limpeza do porão de carga compreende a limpeza e desinfecção da parte interna do porão de Carga;

4.5. O serviço de limpeza de aeronave inclui ainda o fornecimento de todos os insumos necessários à realização da limpeza interna da aeronave.

5. Abastecimento de água potável (QTA): Trata-se de abastecimento do tanque de água potável da aeronave.

5.1. Deverão ser observados os seguintes procedimentos pela empresa responsável:

1. Posicionar corretamente o veículo QTA junto ao painel de serviço de água potável da aeronave com segurança;
2. abrir o painel de serviço de água potável, retirar a tampa do bocal de abastecimento de água, retirar a tampa do bocal de drenagem de água, conectar a mangueira de abastecimento de água no bocal de abastecimento de água;
3. abastecer com 30 (trinta) litros de água potável;
4. desconectar a mangueira de abastecimento de água do bocal de abastecimento de água;
5. recolocar a tampa do bocal de abastecimento de água;
6. recolocar a tampa do bocal de drenagem de água; e
7. fechar o painel de serviço de água potável.

5.2. Em caso de contaminação, ou suspeita, da água contida no tanque de água potável a empresa deverá adotar os seguintes procedimentos para drenagem do tanque de água potável da aeronave:

1. abrir o painel de serviço de água potável;
2. retirar a tampa do bocal de drenagem de água;
3. puxar a manopla de drenagem;
4. drenar completamente o tanque de água potável;
5. recolocar a tampa do bocal de drenagem de água;
6. fechar o painel de serviço de água potável; e
7. fornecimento de todos os insumos necessários à realização do abastecimento, inclusive o da água potável.

6. Da utilização de GPU: Trata-se de serviço de disponibilização de unidade de fonte de força compatível com a aeronave EMB 175 para auxiliar a partida dos motores das aeronaves sempre que for necessário.

LISTA DE AEROPORTOS

AEROPORTOS PRINCIPAIS
SBAC - Aracati
SBAQ - Araraquara
SBAR – Aracaju
SBAT - Alta Floresta
SBAU - Araçatuba
SBBE – Belém
SBBH – Belo Horizonte
SBBR – Brasília
SBBV – Boa Vista
SBBW - Barra do Garças
SBCA - Cascavel
SBCB - Cabo Frio
SBCF – Confins

SBCG – Campo Grande
SBCH - Chapecó
SBCI - Carolina
SBCJ - Carajás - Parauabebas
SBCN - Caldas Novas
SBCP - Campos dos Goytacazes
SBCR - Corumbá
SBCT – Curitiba
SBCX – Caxias do Sul
SBCY – Cuiabá
SBCZ - Cruzeiro do Sul
SBDN - Presidente Prudente
SBDO - Dourados
SBEG – Manaus
SBEK - Jacareacanga
SBFI – Foz do Iguaçu
SBFL – Florianópolis
SBFN - Fernando de Noronha
SBFZ – Fortaleza
SBGL – Galeão
SBGM - Guajará Mirim
SBGO – Goiania
SBGR – Guarulhos
SBGV - Governador Valadares
SBGW - Guaratinguetá
SBHT - Altamira
SBIC - Itacoatiara
SBIH - Itaituba
SBIL - Ilhéus
SBIZ - Imperatriz
SBJI - Ji-Paraná
SBJP – Joao Pessoa
SBJU – Juazeiro do Norte
SBJV - Joinville
SBKG – Campina Grande
SBKP - Campinas
SBLO – Londrina
SBLP - Bom Jesus da Lapa
SBMA - Marabá
SBMG - Maringá
SBMK - Montes Claros
SBMO - Maceió
SBMQ – Macapá
SBMS - Mossoró
SBNF - Navegantes
SBPA – Porto Alegre
SBPJ – Palmas
SBPK – Pelotas
SBPL – Petrolina
SBPP - Ponta Porã
SBPS – Porto Seguro
SBPV – Porto Velho
SBRB – Rio Branco
SBRD - Rondonópolis
SBRF – Recife
SBRJ – Rio de Janeiro
SBRP – Ribeirão Preto
SBSG - São Gonçalo do Amarante
SBSI - Sinop
SBSJ - São José dos Campos
SBSL – São Luis
SBSM - Santa Maria
SBSN – Santarém
S BSP – São Paulo
SBSR - São José do Rio Preto
SBSV – Salvador
SBTE – Teresina
SBTF - Tefé
SBTO – Tocantins
SBTT - Tabatinga
SBUA - São Gabriel da Cachoeira
SBUF - Paulo Afonso
SBUL – Uberlândia
SBUR - Uberaba
SBVH - Vilhena
SBVT – Vitória
SDCO – Sorocaba
SNBR - Barreiras
SNRU - Caruaru
SSKW - Cacoal

SWGN - Araguaína
AEROPORTOS SECUNDÁRIOS
Alfenas – SNFE
Araxá – SBAX
Assis – SNAX
Bajé – SBBG
Barretos – SNBA
Bonito – SBDB
Breves - SNVS
Caçador – SBCE
Cajazeiras - SJZA
Coari – SWKO
Comandantuba – SBTC
Conceição do Araguaia – SBAA
Correia Pinto – SNCP
Diamantina – SNDT
Divinópolis – SNDV
Guanambi - SNGI
Ipatinga – SBIP
Jaguaruna - SBJA
Jericoacoara – SBJE
Juiz de Fora – SBJF
Lages – SBLJ
Lençóis – SBLE
Lins – SWXQ
Marília - SBML
Monte Dourado – SBMD
Oiapoque – SBOI
Oriximiná - SNOX
Parnaíba – SBPB
Parintins – SWPI
Pato Branco – SBPO
Patos de Minas - SNPD
Passo Fundo – SBPF
Pinheiro – SNYE
Poços de Caldas – SBPC
Porto Nacional – SDPE
Rio Grande – SJRG
Rio Verde – SWLC
Santo Ângelo – SBNM
São Raimundo Nonato – SWKQ
São Roque – SBJH
Telêmaco Borba – SSVL
Três Lagoas – SBTG
Trombetas – SBTB
Toledo – SBTB
Torres – SSTE
Tucuruí – SBTU
Uruguaiana – SBUG
Vacaria – SNEE
Valença - SNVB
Varginha – SBVG

Brasília, 18 de março de 2024.

Elaborado por:

LEONARDI CUPOLILLO
Agente de Polícia Federal 1ª Classe
SMAN/CAOP/CGAP/DIREX/PF

FÁBIO SILVA DE ARAUJO
Agente Classe Especial
SMAN/CAOP/CGAP/DIREX/PF

APROVAÇÃO: Aprovo o presente Termo de Referência por constatar que sua concretização observou os critérios que norteiam a Administração Pública. Constam, plenamente justificadas a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais, obrigações das partes envolvidas, bem como estimativa de custos da contratação e da justificativa apresentada no mapa comparativo de preços quanto à dificuldade de conseguir os três orçamentos até a presente data.

EVANDRO IWASAKI DA SILVA
Delegado de polícia Federal Classe Especial
Coordenador do Comando de Aviação



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDI CUPOLILLO**, Agente de Polícia Federal, em 18/03/2024, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EVANDRO IWASAKI DA SILVA**, **Coordenador(a) - Substituto (a)**, em 18/03/2024, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO SILVA DE ARAUJO**, **Agente de Polícia Federal**, em 18/03/2024, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34333299&crc=56B6E374.
Código verificador: **34333299** e Código CRC: **56B6E374**.